

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CÂMPUS DE PATO BRANCO

HELITON ROGERIO ZIMOLOG

**MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS ATRAVÉS DO PROGRAMA DE
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA COMUNIDADE PENÍNSULA DO
CAVERNOSO EM CANDÓI - PR**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO – PR

2015

HELITON ROGERIO ZIMOLOG

**MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS ATRAVÉS DO PROGRAMA DE
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA COMUNIDADE PENÍNSULA DO
CAVERNOSO EM CANDÓI - PR**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Pato Branco, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Hieda Maria Pagliosa Corona

PATO BRANCO - PR

2015

Zimolog, Heliton Rogério
Z76m Mudanças socioeconômicas através do programa de aquisição de alimentos na comunidade Península do Cavernoso de Cândói-PR / Heliton Rogério Zimolog.– Pato Branco: UTFPR, 2015. xiv, 103 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Pato Branco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.
Orientadora: Profa. Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona;

Bibliografia

1. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. 2. Agricultura Familiar. 3. Políticas Públicas. 4. Desenvolvimento Rural. I. Schimanski, Édina. II. Mello, Nilvânia Aparecida de. III. Triches, Rozane Marcia. IV. Título. V. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

CDD 20. ed. 338.18

Ficha elaborada pela Biblioteca da Unicentro-Guarapuava, Campus Santa Cruz.
Bibliotecária responsável: Vânia Jacó da Silva CRB 1544-9



TERMO DE APROVAÇÃO Nº 77

Título da Dissertação

**Mudanças socioeconômicas através do Programa de Aquisição de Alimentos
na comunidade Península do Cavernoso em Candói - Pr**

Autor

Heliton Rogério Zimolog

Esta dissertação de mestrado foi apresentada às nove horas do dia 25 de maio de 2015, como requisito parcial para obtenção do título de **MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL** - Linha de pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento - no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Regionalidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O autor foi arguido pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Profª. Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona - UTFPR
Orientadora

Profª. Dra. Edina Schimanski - UEPG
Examinadora

Profª. Dra. Rozane Márcia Triches - UFFS
Examinadora ()

Profª. Dra. Nilvania Ap. de Mello – UTFPR
Examinadora (UEPG)

Visto da Coordenação

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi
Coordenador do PPGDR

O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR.

À minha família

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e da oportunidade.

A minha família que sempre me deu forças e incentivo a lutar pelos meus sonhos, especialmente, meu pai e mãe pela formação e caminho que me orientaram.

A minha esposa Alessandra pela força, compreensão e companheirismo nos momentos difíceis da pesquisa, assim como, nos diversos momentos familiares que estive ausente me dedicando ao trabalho acadêmico.

Ao meu filho Tales, amor inexplicável, que nasceu quando iniciei o mestrado na UTFPR em 2013, que aos poucos está compreendendo o sentido e valor da vida e que, com simples gestos e limitadas palavras me dá força em lutar por um futuro melhor.

As amizades que foram construídas durante o mestrado, com certeza ficarão marcadas para sempre.

Ao corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica do Paraná – Campus de Pato Branco, pela competência, profissionalismo e companheirismo.

A Professora Dr^a Hieda Maria Pagliosa Corona pela disponibilidade, responsabilidade, conhecimento e paciência que me orientou possibilitando a realização deste trabalho. Eterna gratidão.

As Professoras Dr^a. Rozane Triches (UFFS), Dr^a. Édina Schimanski (UEPG) e Dr^a. Nilvânia Aparecida Mello (UTFPR) pelas sugestões durante a banca de qualificação que muito contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos Agricultores da comunidade de Península do Cavernoso que participaram da pesquisa, pela confiança e respeito com que me receberam e por dedicar parte de seu precioso tempo fornecendo informações para que eu pudesse realizar este trabalho.

De modo geral, a tod@s que de forma direta ou indiretamente contribuíram e me apoiaram nesta empreitada.

Podemos facilmente perdoar uma criança que tem medo do escuro; a real tragédia da vida é quando os homens têm medo da luz.

Platão

RESUMO

ZIMOLOG, Heliton Rogério. Mudanças socioeconômicas através do Programa de Aquisição de Alimentos na comunidade Península do Cavernoso em Candói-Pr. 104 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2015.

Com mais de uma década de implementação, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, como política pública governamental complementar ao PRONAF e ao Programa Fome Zero, tem a finalidade de incentivar a agricultura familiar, fomentar o desenvolvimento rural, promover a segurança alimentar e nutricional e o combate a pobreza e vulnerabilidade social no País. As mudanças promovidas por esta política podem ser percebidas em diversas pesquisas, legitimando a importância do programa. Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo analisar as mudanças socioeconômicas dos agricultores beneficiados pelo PAA na comunidade de Península do Cavernoso no município de Candói, assim como, as dinâmicas desenvolvidas por estes agricultores associadas à execução do programa. Para tal, recorreu-se a uma análise bibliográfica sobre o tema, uma análise documental a partir de dados secundários sobre a implementação do PAA na comunidade e uma pesquisa de campo através de entrevistas com os agricultores familiares. Na pesquisa de campo, foi optado por um recorte temporal entre os anos de 2010 e 2013. Desta maneira, faz-se um paralelo entre os referidos anos com o intuito de perceber as mudanças que o PAA trouxe para os agricultores, suas propriedades e para a comunidade. A escolha dos entrevistados deu-se a partir de dados disponibilizados no site da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Desta maneira, foram entrevistados doze agricultores. Seus argumentos, comentários, reclamações, sugestões, informações, entre outros, estão sintetizados na forma descritiva, gráficos e tabelas. Abordou-se também a situação da paralisação dos projetos de PAA em meados de 2013 a partir da nomeada Operação Agrofantasma da Promotoria de Justiça e Polícia Federal e seus reflexos na vida dos agricultores e suas propriedades. Em síntese, os resultados obtidos na pesquisa confirmam as hipóteses iniciais, ou seja, o PAA é uma política pública de fortalecimento da agricultura familiar e de desenvolvimento rural local, assim como, é uma ferramenta de diversificação de produção, garantia de renda e qualidade de vida para os agricultores e suas famílias na comunidade Península do Cavernoso.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos; Agricultura Familiar; Políticas Públicas.

ABSTRACT

There more than a decade, the Food Acquisition Programme, here called PAA, as a government public policy complementary to “PRONAF” and the “Zero Hunger Program”, aims to encourage family agriculture, foment rural development, to promote the food safety and nutritional and combating poverty and social vulnerability in the country. The changes promoted by this policy can be realized in several researches, legitimizing the importance of the program. In this sense, this research aimed to analyze the socioeconomic changes of farmers benefited by the PAA in “Península do Cavernoso” community in the county of Candói-PR. As well as, to analyze the dynamics developed by these farmers, associated to execution of the program. To do this, we used a literature review on the theme, a documentary analysis based on secondary data on the implementation of the PAA in the community and a field research through interviews with family farmers. In the field research, was chosen by a time frame between 2010 until 2013. In this way, it is a parallel between those years in order to realize the changes that the PAA brought for farmers, their property and for the community. The choice of interviewees gave up from data available on the National Supply Company site – “Conab”. In this way, were interviewed twelve farmers. His arguments, comments, complaints, suggestions, information, etc., are summarized in a descriptive manner, graphs and tables. It also approached the situation of paralysis of “PAA” projects in mid of 2013, caused from the named “Agrofantasma Operation” Prosecutor's Office and the Federal Police, and its impact on the lives of farmers and their properties. In summary, the results obtained in the research confirmed the initial hypotheses, ie, the “PAA” is a public policy of strengthening family farming and local rural development. As well as, it is also a diversification tool production, income assurance and quality life for farmers and their families in “Península Cavernoso” community.

Key Words: Food Acquisition Programme, Family Farming, Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Território da Cidadania Cantuquiriguacú	47
FIGURA 2 – Localização da Península do Cavernoso	50
FIGURA 3 – Proximidade dos lotes do alagado	51
FIGURA 4 – Reunião da AAFCIPC com sócios	60
FIGURA 5 – Diversidade de produção	66
FIGURA 6 – Aumento das áreas de pastagem	75
FIGURA 7 – Feira de Agricultores Familiares.	84

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Modalidades do PAA.....	37
QUADRO 2 – Participação na Comunidade.....	59
QUADRO 3 – Manejo e Manutenção	61
QUADRO 4 – Destino das embalagens de agrotóxicos e veterinários	62
QUADRO 5 – Acesso a Assistência Técnica	64
QUADRO 6 – Utilização de mão de obra	65
QUADRO 7 – Produtos entregues no PAA 2010 – 19 agricultores	67
QUADRO 8 – Produtos entregues no PAA 2013 – 46 agricultores	68
QUADRO 9 – Estratégias para evitar frustrações na produção	69
QUADRO 10 – Mudanças ocorridas nos estabelecimentos	73
QUADRO 11 – Projetos futuros para os estabelecimentos	82

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Taxa de crescimento anual	44
GRÁFICO 2 - Taxa de crescimento do PIB	45
GRÁFICO 3 - Participação da população extremamente pobre	46
GRÁFICO 4 - Distribuição das cinco maiores despesas do município	46
GRÁFICO 5 – Faixa etária dos moradores nas propriedades	56
GRÁFICO 6 – Fontes de renda de 2010 e 2013	70
GRÁFICO 7 – Renda bruta por estabelecimento	72
GRÁFICO 8 – Avaliação dos preços pagos no PAA	80
GRÁFICO 9 – Avaliação da cota anual do PAA	81

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução dos recursos aplicados por região de 2003 a 2013	34
TABELA 2 – Evolução do nº de famílias por região de 2003 a 2013	35
TABELA 3 – Evolução da renda média por agricultor – CDS	36
TABELA 4 – Estabelecimentos e área segundo atividade econômica	45
TABELA 5 – Área da propriedade em hectares	57
TABELA 6 – Principais fontes de renda de 2010 e 2013 em R\$	71

ABREVIATURAS E SIGLAS

AAFCIPC	Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade de Ilha Península do Cavernoso
APIG	Associação do Ilhéus Atingidos pelo Parque Nacional de Itaipu
ASIMP	Associação Imbuia de Pesquisa
CDS	Compra com Doação Simultânea
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DAPAA	Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos
DIPAI	Diretoria de Política Agrícola e Informação
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GECAF	Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento do Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MST	Movimento dos Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PC	Projeto de Colonização
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SESC	Serviço Social do Comércio
SUPAF	Superintendência de Suporte a Agricultura Familiar
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. ASPECTOS TEÓRICOS, NORMATIVOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA	20
2.1. DESENVOLVIMENTO RURAL, SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	20
2.1.1. Políticas agrícolas e desenvolvimento	20
2.1.2. O debate em torno da agricultura familiar	27
2.1.3. Programa de aquisição de alimentos – PAA	30
2.1.3.1. Contexto históricos e de implementação do PAA	31
2.2. ABORDAGEM METODOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	39
3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI E DA COMUNIDADE DE PENÍNSULA DO CAVERNOSO.....	44
3.1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI.....	44
3.2. CARACTERIZAÇÃO E ASPECTOS HISTÓRICOS DA COMUNIDADE DE PENÍNSULA DO CAVERNOSO.....	48
4. APROXIMAÇÕES EMPÍRICAS SOBRE O PAA NA PENÍNSULA DO CAVERNOSO	55
4.1. IMPACTOS DO PAA NA COMUNIDADE: UM PARALELO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2013	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE I	96
ANEXO I	104

1. INTRODUÇÃO

O foco da presente dissertação de mestrado está em analisar as mudanças socioeconômicas ocorridas na agricultura familiar na comunidade da Península do Cavernoso no município de Cândói, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e de sua relação com os desafios enfrentados por tal comunidade na busca pela sustentabilidade, superação da pobreza e geração de renda. Esta pesquisa resulta do envolvimento do autor com a comunidade e com o PAA nesta desenvolvido, por ser morador e ter sido coordenador do PAA no ano 2012/2013. A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – *Câmpus* de Pato Branco, na linha de pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento.

Tendo em vista que esta pesquisa pretende discutir uma política pública direcionada ao fortalecimento da agricultura familiar entendida como aquela que corresponde a uma unidade de produção agrícola, na qual a administração da propriedade, a mão de obra e o trabalho estão intimamente ligados à família por laços consanguíneos ou de parentescos (ABRAMOVAY, 1998), assume-se que a questão do desenvolvimento rural permeará as reflexões e análises que compõem a presente dissertação.

Conforme Wanderley (2001), o desenvolvimento rural pode ser entendido como lugar específico de vida e trabalho, carregado em sua diversidade de um grande potencial econômico, social, cultural e patrimonial, que deve ser transformado em forças sociais para o desenvolvimento, assim como, um movimento que envolva os habitantes do meio rural e as instituições e pessoas que sempre se ocuparam da agricultura e dos agricultores de forma local, regional, nacional e global.

Para Schneider (2003) o desenvolvimento rural deve ser entendido como um movimento na direção de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, com o fortalecimento dos ecossistemas locais e, buscar superar o paradigma da modernização da agricultura. Tal desenvolvimento rural resulta de ações articuladas que visam mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural, com intuito de melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais.

A partir do exposto, apresenta-se nesta dissertação o PAA como política pública de fortalecimento da agricultura familiar e também como uma estratégia de desenvolvimento rural. Para tal, parte-se do pressuposto que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal tem como objetivo incentivar a agricultura familiar por meio da compra de sua produção agrícola. Conforme MDS (2010), o PAA deve promover a articulação entre a produção da agricultura familiar e a destinação desta produção. Somando-se a isso, visa o desenvolvimento da economia local e o atendimento às demandas de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais locais e, incentivar a diversificação das atividades, contemplando os mais variados tipos de alimentos, inclusive aqueles oriundos da biodiversidade brasileira.

A pesquisa partiu de uma análise socioeconômica dos produtores antes da implementação do PAA, durante sua estruturação e, posteriormente, observando as transformações positivas ou negativas que lhes trouxeram. Nesta pesquisa de natureza qualitativa, pretende-se analisar o processo do PAA na Comunidade e sua pertinência em prol do desenvolvimento sustentável e no combate à fome e à miséria no campo, considerando os seguintes questionamentos: Qual o papel do PAA no desenvolvimento local e no fortalecimento da Agricultura Familiar? O PAA contribui no combate à pobreza e à permanência do agricultor no campo? O PAA favorece o desenvolvimento dos sujeitos com autonomia? O PAA pode ser considerado uma ferramenta que possibilita renda no campo? Partindo destes pressupostos iniciais foi possível desenvolver esta dissertação. Desta forma, podemos definir metodologicamente a presente pesquisa como um estudo de caso (Gil, 2009), com ênfase na análise qualitativa, sem, no entanto, prescindir dos dados quantitativos, importantes para dimensionar os resultados do PAA.

A pesquisa teve como objetivo geral, analisar os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na reprodução social da agricultura familiar na comunidade de Península do Cavernoso. A partir deste, os objetivos específicos direcionaram a pesquisa com o intuito de descrever os aspectos sócio-históricos da trajetória da comunidade, avaliar a implementação e operacionalização do PAA na comunidade, levantar os dados socioeconômicos dos agricultores, anterior e posteriormente à implementação do PAA e, por fim, verificar o papel do PAA no

desenvolvimento local sustentável, assim como, verificar os impactos e reflexos da paralisação do PAA em meados de 2013.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo faz-se uma contextualização histórica sobre a agricultura e seu desenvolvimento, a partir da década de 1960, ou seja, um período marcado por uma proposta de modernização da agricultura, com um foco na produção e expansão a partir de uma lógica capitalista. Neste momento, as discussões em torno do desenvolvimento estão relacionadas ao crescimento econômico e implementação de novas tecnologias. Tal situação ganha força a partir da década de 1970 com a chamada Revolução Verde.

Neste momento, deu-se início a um movimento contra-hegemônico à tal modernização, estando o mesmo, ligado a uma agricultura com bases sustentáveis, produtora de alimentos e, que garantisse a sobrevivência dos agricultores no campo, e também que possibilitasse o desenvolvimento local. Posteriormente passa a defender uma agricultura com base familiar que estejam estruturadas nos princípios de solidariedade e cooperação. Deste modo, a agricultura familiar ganha espaço nas agendas políticas, nos programas e políticas públicas de apoio e fortalecimento desta.

Apresenta-se uma das políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, ou seja, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003. Tal programa vinculado ao Programa Fome Zero, tem como intuito fortalecer a agricultura familiar e minimizar e/ou combater a pobreza no país, principalmente, no meio rural. Neste momento, faz-se uma análise histórica dos atores envolvidos neste processo de desenvolvimento, estruturação, implementação, evolução, entre outros.

Partindo desta contextualização sobre o PAA, o segundo capítulo traz uma caracterização do município de Candói apresentando algumas de suas principais características em relação ao desenvolvimento, crescimento, agricultura, índices, história, entre outros. Em seguida, apresenta-se a comunidade de Península do Cavernoso e sua particularidade, no desenvolvimento da agricultura familiar, seus costumes, tradições, histórico, entre outros. Neste contexto, faz-se referência ao histórico de lutas e reivindicações dos moradores locais que perderam suas terras na época da construção da hidrelétrica de Itaipu e, foram assentados na referida

comunidade. Por fim, o capítulo faz um apanhado geral sobre as discussões, implementação, desenvolvimento e estruturação do PAA na comunidade.

O terceiro capítulo está pautado na pesquisa de campo com um viés qualitativo/quantitativo, ou seja, as informações apresentados neste momento representam os dados e opiniões de 12 famílias selecionadas dentre as 19 que inicialmente acessaram o PAA no ano de 2010. A escolha destas famílias teve como intuito fazer um paralelo entre os anos de 2010 e 2013, ou seja, o primeiro e segundo projeto de PAA destes agricultores. Tais dados inicialmente apresentam o panorama geral das condições que se encontram os agricultores familiares da comunidade e, posteriormente, as mudanças que o PAA trouxe para a comunidade, para as famílias e para as propriedades. Nos diversos momentos apresentam-se dados que vão respondendo aos objetivos da dissertação, ou seja, perceber como e de que maneira o PAA é importante para as famílias possibilitando desenvolvimento, renda, qualidade de vida. Por fim, o capítulo faz uma análise sobre os reflexos da paralisação do programa no ano de 2013 com a denominada Operação Agrofantasma.

Ao demonstrarmos historicamente a evolução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, percebemos seus impactos positivos nas propriedades e na vida, de modo geral, dos agricultores familiares. Na comunidade de Península do Cavernoso esta realidade não poderia ser diferente, pois quando trazemos a discussão e os dados coletados na pesquisa de campo, pode-se mensurar pontualmente a importância desta política pública de fortalecimento da agricultura, de desenvolvimento local e, principalmente, como fonte de renda que possibilita melhores condições de vida para as famílias, reduzindo a pobreza no campo.

2. ASPECTOS TEÓRICOS, NORMATIVOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1. DESENVOLVIMENTO RURAL, SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

O presente trabalho tem como marco histórico e teórico a discussão em torno das políticas públicas desenvolvidas no Brasil nas últimas décadas direcionadas para o fortalecimento da Agricultura Familiar e a Segurança Alimentar e Nutricional, ligados ao Programa Fome Zero. Nesta, aborda-se, prioritariamente o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Para situarmos o Programa de Aquisição de Alimentos e as mudanças socioeconômicas no campo, faz-se necessário, primeiramente, uma contextualização sobre o processo de desenvolvimento rural nas últimas décadas, assim como, sobre as políticas públicas que promovem a agricultura familiar.

Tratar do termo desenvolvimento é remeter-se a uma complexidade de fatores simbólicos, ambientais, políticos, sociais, econômicos, entre outros. A partir destes pressupostos, este primeiro capítulo tem como objetivo situar a pesquisa no contexto em que está inserida, ou seja, com o desenvolvimento rural, sustentável, local e agricultura familiar.

2.1.1 Políticas agrícolas e desenvolvimento

As políticas públicas desenvolvidas para a Agricultura, durante muitas décadas tinham como enfoque meramente a produção, a forma de cultivar, o uso de defensivos agrícolas, a monocultura, ou seja, atender aos interesses do capital e seu modo produtivista. O desenvolvimento rural estava pautado na modernização das propriedades mediante a acumulação e o progresso das técnicas cada vez mais eficazes.

Conforme Petersen (2009), com o fim da segunda guerra mundial os debates em torno do desenvolvimento ganham força e presença nas ações governamentais. Neste cenário, o desenvolvimento sob o regime capitalista é incrementado e se

internacionaliza entre as nações ocidentais, passando a nortear as ações, tendo como intuito o crescimento econômico por meio da modernização. A partir destas mudanças, a agricultura e o meio rural passam a ser um subtema do projeto de desenvolvimento.

No final da década 1960, inicia-se um processo de aceleração de modernização da agricultura, que provoca profundas transformações na estrutura da produção e da comercialização agropecuária. Estas transformações resultaram no desenvolvimento de novas tecnologias, com a tarefa de aumentar a produtividade agrícola, em especial com o uso de máquinas e de insumos industrializados, tal desenvolvimento ficou conhecido como “Revolução Verde”.

Para Altieri (2009), a Revolução Verde rompeu com os processos produtivos existentes e constituiu-se sob um novo padrão tecnológico impondo aos agricultores uma nova racionalidade técnica e econômica. Tal revolução elevou a produtividade agrícola e melhorou a renda, mas nada fez para atender os pequenos proprietários, contribuindo desta forma para o agravamento das contradições entre os grandes e pequenos produtores rurais. Tal fato deu-se devido aos altos custos com a importação do pacote tecnológico da revolução verde, possibilitando somente aos médios e grandes proprietários rurais, com apoio do Estado, investirem em suas propriedades, com o intuito de atingirem rendimentos e qualidade suficientes para inserção da produção no mercado internacional.

Conforme Corona (2006), no Brasil a modernização da agricultura estava atrelado à política dos governos militares que tinham como principal estratégia a internacionalização e a industrialização como centro deste processo. Desta maneira, a agricultura passa a atender os interesses capitalistas como produtora de matérias primas e alimentos e consumidora de máquinas e insumos agrícolas.

Tal modelo de desenvolvimento propiciou o esgotamento extremamente rápido dos solos, a contaminação dos recursos hídricos, desmatamentos, desencadeando uma agricultura dependente, assim como, submeteu a sociedade e seus cidadãos à uma condição de extrema dependência, desemprego, pobreza, desigualdade social, exploração, degradação dos recursos naturais, entre outros.

Neste sentido, conforme observa Corona (2006):

Tal crise, desencadeada pelos próprios limites do produtivismo, ficou evidenciada na super produção, na queda de preços dos produtos agrícolas, no aumento dos preços dos insumos industrializados, além dos

problemas ambientais pelo uso excessivo de agrotóxicos e dos recursos naturais. Somem-se, ainda, os problemas sociais promovidos pelo intenso êxodo rural e pela precariedade das condições de vida no campo e na cidade (CORONA, 2006, p.31).

Conforme Petersen (2009), tal processo restringiu o cultivo de sementes nativas ou crioulas e impôs o cultivo de sementes industrializadas àqueles que aderiram a tal pacote tecnológico. Desta maneira, muitas variedades de produtos desaparecem, fazendo com que se alterem os padrões alimentares e, conseqüentemente, que os agricultores ficassem cada vez mais dependentes das grandes empresas.

Neste processo o agricultor passou a dispensar boa parte da mão de obra e da prática de pousio¹ ou adubação orgânica, e a cultivar em áreas em que a cultura não se adaptava ao solo ou clima. Estas mudanças foram possíveis com a introdução de produtos químicos, pois poderia contar com inseticidas, fungicidas, herbicidas e fertilizantes, para resolver seus empecilhos. De certo modo, o agricultor ficou condicionado à indústria, perdeu-se o modo de trabalhar e cultivar a terra. Desta forma, as soluções encontradas para resolver os problemas resumem-se, na aplicação de algum tipo de produto químico ou maquinários.

No entanto, esta forma de desenvolvimento rural teve seu marco no final da década de 1980, seja pelas pressões do mercado, seja pelo endividamento do Estado, o que restringiu às políticas públicas e financiamento subsidiado para o setor. A parca redução da pobreza rural, foi mais um dos motivos para cessar o financiamento subsidiado para o setor. Desta maneira, para tentar reverter tal quadro, os agricultores, os movimentos sociais e políticos buscaram alternativas de desenvolvimento através da organização social.

Conforme Wanderley (2001), a modernização da agricultura e adesão ao pacote tecnológico não era a única alternativa existente naquele período, ou seja, poderia optar-se por agricultura de subsistência ou familiar, a qual estava sendo deixada a margem das discussões dentro das políticas de desenvolvimento rural. Como forma de legitimação da proposta de modernização, em detrimento da agricultura de base camponesa, o Estado criou diversas nomenclaturas e jargões

¹ Pousio arbustivo (seis anos) e um pousio curto (um a dois anos). A queimada da mata para formar a lavoura fazia com que as cinzas funcionassem, ao mesmo tempo, como fertilizante e proteção contra as ervas daninhas e ainda dispensava os trabalhos de limpeza e preparação do solo (ABRAMOVAY, 1991, *apud* CORONA, 2006, p. 157).

em torno desta, tais como, espaço de atraso e precariedade e que não condizia com a necessidade do progresso.

Apesar da crise com o pacote de modernização da agricultura, percebe-se que tal processo continua no meio rural brasileiro, incentivado pelas empresas multinacionais, institutos de pesquisas, entre outros. A cada dia, são desenvolvidas espécies de plantas mais produtivas e com maior rentabilidade, e bastantes resistentes à pragas e doenças.

No entanto, a década de 1990 foi um período marcado por mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais. Houve o fortalecimento dos movimentos sociais do campo, fato que possibilitou mudanças no ambiente político e ideológico, e o reconhecimento da agricultura familiar. Conjuntamente a estas mudanças, surge a necessidade de buscar novas formas de fortalecimento do meio rural, principalmente, daqueles espaços onde a agricultura de base familiar se afirma como condição de desenvolvimento e superação da pobreza no campo. Desta maneira, surge como proposta de enfrentamento e desenvolvimento as iniciativas locais. Conforme Santos (2005)

O conjunto vasto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra as consequências econômicas, sociais e políticas da globalização hegemônica e que se opõe às concepções de desenvolvimento mundial a estas subjacentes, ao mesmo tempo que propõe concepções alternativas. (SANTOS, 2005, p.7).

Conforme Guimarães *et al* (2012), há uma emergência em conscientizar a humanidade de que o estilo de desenvolvimento que vem sendo utilizado é ecologicamente predador dos recursos naturais, socialmente perverso, politicamente injusto, eticamente reprovável e culturalmente alienado. A partir do momento em que se compreenda que o indivíduo está intrinsecamente ligado ao meio em que vive e, que constitui a base do processo de desenvolvimento, denotará uma nova forma de desenvolvimento, que seja ambientalmente sustentável no acesso e no uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade, socialmente sustentável, com redução da pobreza e das desigualdades sociais, culturalmente e politicamente sustentáveis ao possibilitar o acesso e participação de toda a sociedade nas tomadas de decisões.

Neste mesmo sentido observa Schneider (2004):

O desenvolvimento rural é definido como um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais (SCHNEIDER, 2004, p. 98).

O desenvolvimento deve abranger uma gama de situações que estejam totalmente ligadas ao atendimento mínimo das necessidades básicas, e buscar melhorias na vida das pessoas, ou seja, sua efetivação se constitui como um desenvolvimento humano, social e sustentável a partir destas condições. As propostas e os atores são muitos, assim como, as possibilidades de mudar tal cenário e avançar em direção ao desenvolvimento sustentável ligado às questões socioeconômicas e ambientais.

Conforme Veiga (2005), a noção de desenvolvimento sustentável, passa a ser conceituado, principalmente, a partir do documento intitulado “Nosso Futuro Comum” apresentado pelo presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente Gro Harlem Brundtland durante a Assembléia Geral da ONU no ano de 1987. No entanto, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável começou a ganhar força a partir da década de 1970, com a noção de ecodesenvolvimento.

Ainda conforme o autor, a noção de ecodesenvolvimento defendia a ideia de não compatibilidade entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente, enquanto a noção desenvolvida e apresentada no Relatório de Brundtland defendia o contrário, ou seja, a possibilidade de associar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente.

Desta maneira, o documento defendia a noção de descentralizar as políticas públicas, com vistas ao desenvolvimento, impulsionado e referenciado nas representações coletivas e de maneira sustentável a partir da noção que “o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987, p. 27).

O termo desenvolvimento sustentável está cada vez mais presente nos debates acadêmicos e nas discussões nas esferas governamentais. Apesar da enorme diversidade de definições, percebe-se certa proximidade entre estas, conforme observa Almeida (1997),

O conceito de desenvolvimento sustentável abriga uma série heteróclita de concepções e visões de mundo, sendo que a maioria daqueles que se envolvem no debate em torno da questão são unânimes em concordar, em uníssono, que o mesmo representa um grande avanço no campo das

concepções de desenvolvimento e nas abordagens tradicionais relativas à preservação dos recursos naturais (ALMEIDA, 1997, p. 43).

Conforme o Ministério do Meio Ambiente (2014), a partir desta conceituação do desenvolvimento sustentável, as discussões se voltam em torno da implementação do mesmo. O assunto norteou as principais discussões durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro em 1992², resultando, dentre diversos outros documentos, na Agenda 21 que trataria especificamente da divulgação e promoção do desenvolvimento sustentável.

Contudo, a mudança ou substituição de conceito, não representa um processo acabado, definido. Este processo representa um ponto de partida das discussões em torno do tema, principalmente, aquelas que avancem além do econômico e vislumbrem outros elementos em torno do sustentável, tais como: o cultural, social, humano e ambiental.

Estas discussões/debates propiciaram aos diferentes atores sociais e instituições a criarem oportunidades e iniciativas de desenvolvimento local. Tal desenvolvimento está ligado à sustentabilidade, à emancipação política, econômica, social, direitos humanos, socialização dos recursos e riquezas naturais e ambientais. A partir da relação destes adjetivos, buscam-se alternativas que promovam o desenvolvimento local com bases sustentáveis. Conforme Sachs (2004),

Podemos resumir a evolução da ideia de desenvolvimento, no último meio século, apontando para a sua complexificação, representada pela adição de sucessivos adjetivos – econômico, social, político, cultural, sustentável (SACHS, 2004, p. 37)

Conforme Abramovay (2005), o processo de desenvolvimento rural propiciou uma maior utilização dos recursos naturais e sociais, assim como, possibilitou a diversificação do sistema produtivo e a permanência das futuras gerações no campo a partir de iniciativas locais de desenvolvimento rural e do cotidiano dos agricultores.

Para Brose (2000), o desenvolvimento local, além de enfrentar os problemas que foram citados, deve amadurecer e consolidar a democracia participativa. Desta forma, com a integração dos diversos atores, cria-se um espaço de participação com o mesmo propósito, favorecendo e propiciando uma tomada de decisões o mais

² Conhecida como Rio-92

democraticamente possível. Contudo, tal integração propicia maior consenso sobre as características locais a partir das suas peculiaridades econômicas e sociais.

O desenvolvimento local surge do fortalecimento da cidadania, do sucesso econômico do empreendedorismo, de produtos competitivos, do uso sustentável de recursos naturais, da pluralidade institucional, do poder de compra dos consumidores, de preços adequados, da integração de iniciativas públicas, de ênfase na reciclagem, da disponibilidade de recursos financeiros, do *know how* e da tecnologia, de um mercado consumidor compatível e de diversos outros fatores. E, principalmente, de decisões políticas das lideranças da comunidade e dos atores sociais envolvidos (BROSE, 2000, p. 55)

Decorre destas iniciativas, o questionamento em torno de uma referência de desenvolvimento a ser buscado e que se oponha ao modelo de desenvolvimento pautado no capital. O ponto de partida de tais lutas, está em um desenvolvimento que beneficie a maioria da população, propicie melhor distribuição de renda e que atenda às aspirações da sociedade em geral e, seja sustentado por ela em prol do desenvolvimento local.

Conforme Santos (2005), as iniciativas de desenvolvimento local possibilitam experiências inovadoras, que colaboram na construção de novos paradigmas, contra-hegemônicos. Estas contratendências buscam frear o processo de concentração, com possibilidades de até mesmo revertê-lo ao propor melhor distribuição de renda e acesso aos direitos, propondo um redesenho das políticas públicas de forma descentralizada e democrática. Estas iniciativas estão estruturadas nos princípios da solidariedade e cooperação. Também, o desenvolvimento local se apresenta através das particularidades de cada território através da singularidade dos indivíduos que ali vivem e de suas relações e ações.

Em contrapartida, aos processos de dominação capitalista, embasados num modelo de desenvolvimento hegemônico que a todo o momento busca explorar e impor suas metas e regras de produtividade, competitividade, compra e venda, surgem as políticas públicas de enfrentamento, que possibilitam aos pequenos proprietários rurais buscarem sua autonomia e, desta forma, poder decidir a partir de suas realidades.

Como um dos intuitos e como proposta de enfrentamento às tais desigualdades sociais e a pobreza no Brasil, o Governo Federal lançou em 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Tal Programa, objeto de proposta

desta pesquisa, está vinculado ao Programa Fome Zero, que tem como intuito, minimizar a pobreza no país, e propiciar o desenvolvimento da Agricultura Familiar.

2.1.2. O debate em torno da agricultura familiar

O termo “agricultura familiar” carrega consigo um permanente debate sobre sua definição e significado. Durante muito tempo, foi considerada por defensores da modernização agrícola, como atrasada e associada à agricultura pobre e de subsistência. Para Schneider (2003), a partir do Tratado de Assunção³ no ano de 1991, é que surge com maior expressividade, o termo agricultura familiar no cenário nacional. Neste período, as organizações de pequenos agricultores estavam excluídas do processo de discussão em torno do tema. Contudo, a expressão “agricultura familiar”, surge como uma possibilidade de convergência e aproximação dos interesses dos pequenos proprietários rurais, que se julgavam ameaçados política e economicamente em razão das diferenças de competitividades de seus produtos.

Ainda, conforme o autor, as organizações que representavam os agricultores aderem a um discurso que propõem a proteção social, política e econômica dos agricultores familiares. Assim, este movimento passa a ser um marco de unificação em defesa de tais interesses. Conforme Schneider,

Formou-se, portanto, uma nova categoria política que passou a congrega o conjunto dos pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, entre outros. Através da noção de agricultura familiar, esses agricultores passaram a construir uma nova identidade política e a orientar, de maneira distinta, as lutas sociais do movimento sindical rural, tal como expresso nos documentos mais recentes dessas entidades. A partir da unificação do discurso político, os sindicatos e movimentos sociais do campo passaram a se identificar com a noção de agricultura familiar que, na verdade, congrega uma miríade de categorias sociais unificadas sob uma mesma denominação (SCHNEIDER, 2003, p.26).

O termo ganhou espaço nas discussões nas esferas públicas por meio de reivindicações dos movimentos sociais e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), que desempenha importante papel,

³ O Tratado de Assunção foi assinado em 26 de março de 1991 entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com o intuito de criar um mercado comum entre estes países. O tratado é conhecido popularmente como Mercosul (mercado comum do sul).

representando os agricultores e suas reivindicações por políticas públicas que contemplem sua diversidade e atendam as suas principais demandas.

Com intuito de fortalecer a agricultura familiar, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, lançou no ano de 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que passou a atender às demandas dos agricultores, no que tange às necessidades de crédito agrícola e apoio institucional. Este programa é tido como marco inicial de políticas públicas direcionadas às reivindicações dos movimentos rurais, e de apoio ao pequeno agricultor familiar. O PRONAF, tem como objetivo ofertar recursos financeiros para custeio da produção, assim sendo, o termo “agricultura familiar” torna-se frequente nas discussões sobre políticas públicas, para o desenvolvimento e reestruturação da agricultura no país.

Outro fator preponderante é a percepção de que o agricultor familiar passa ser a base do desenvolvimento local, a partir de suas estratégias de: organização coletiva, diversificação produtiva e busca por novos mercados locais. O agricultor familiar passa a ser compreendido, como aquele que pratica atividades no meio rural e que se enquadra nos seguintes quesitos determinados na Lei nº 11.326/2006, a saber:

I – não tenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas de seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Para além das normatizações, Lamarche (1993) entende a agricultura familiar, como sendo aquela em que a família assume o trabalho na propriedade associando família, produção e trabalho. Tal grupo familiar está intimamente ligado por laços de parentesco, com o intuito de assegurar e transmitir as estratégias de reprodução e subsistência do grupo.

Conforme Wanderley (2004), a agricultura familiar se expressa nas práticas sociais, que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo. No entanto, não se trata somente de identificar as formas de obtenção do consumo, através do próprio trabalho, mas de reconhecimento da centralidade da unidade de produção, para a reprodução da família a partir da colaboração de cada indivíduo no

trabalho coletivo. Desta forma, a autora, refere-se ao trabalho dentro e fora do estabelecimento familiar, assim como, do estabelecimento de regras referentes aos matrimônios e transmissão sucessória, entre outros. Trata-se de uma categoria ou conceito que vem desde muito tempo sendo debatida, com o significado atual lhe dá ares de renovação e reestruturação.

Para Abramovay (1998) por agricultura familiar subentende-se, que a gestão e o trabalho na propriedade sejam de responsabilidade da família, e que estes fatores não se separam. Assim, a produção pode ter baixos custos por não haver remuneração de mão de obra, pois a maior força empreendida nas atividades vem do grupo familiar.

No entanto, salienta Wanderley (2009) que apesar de alguns consensos na definição sobre a agricultura familiar, muitos estudiosos fazem confusão ao partirem da definição política caracterizada pelo PRONAF. Conforme a autora:

Observa-se, de fato, que existe uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar, que se difundiu no Brasil, sobretudo, a partir da implantação do PRONAF. [...] Para uns, o conceito de agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo PRONAF, que propõe uma tipologia de beneficiários, em função de sua capacidade de atendimento. [...] Para outros, agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de adaptar a modernas exigências do mercado, em oposição aos demais pequenos produtores, incapazes de assimilar estas modificações (WANDERLEY, 2009, p.186).

Maluf (2004) faz uma abordagem da necessidade de incentivos aos pequenos agricultores familiares, e salienta a importância destes na produção de alimentos.

Considera-se a agricultura de base familiar como a forma mais conveniente de ocupação do espaço agrário. A promoção dos pequenos produtores de alimentos promove a equidade e a inclusão social em simultâneo a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população produzidos sob formas sustentáveis. As atividades que se está propondo estimular são, elas mesmas, grandes geradoras de ocupação e de renda, em simultâneo a sua condição de ofertantes de alimentos de qualidade e diversificados. (MALUF, 2004, p. 301)

O principal objetivo das políticas públicas para o meio rural reivindicadas pelos sujeitos do campo, é apoiar e promover iniciativas de desenvolvimento sustentável, fortalecendo a agricultura familiar, propiciando o aumento da capacidade de produção, da geração de emprego, renda e melhores condições de vida. Neste sentido, observa Zakrzewski (2004):

Estimular um processo de reflexão sobre os modelos de desenvolvimento rural que sejam responsáveis, economicamente viáveis e socialmente aceitáveis, que colaborem para a redução da pobreza, para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, para a resolução dos problemas ambientais, fortalecendo as comunidades que vivem no campo, não dissociando a complexidade da sociedade e da natureza (ZAKRZEVSKI, 2004, p. 85).

Desta maneira, os reflexos da importância que a agricultura familiar vem adquirindo nos últimos anos estão representados pelo IBGE no Censo agropecuário de 2006, ou seja, pela primeira vez foram sistematizados os dados referentes à agricultura familiar. Estes mostram que praticamente 85% dos estabelecimentos rurais no Brasil se enquadram no perfil da agricultura familiar, sendo a principal fornecedora de alimentos (em torno de 70%), contribuindo para garantir a segurança alimentar no país. Também ressaltando a geração de empregos no campo (em torno de 75% do total). A partir destes dados, percebe-se a importância da agricultura familiar, tendo em vista que detém menos de 25% do território ocupado no meio rural brasileiro.

A maioria das políticas públicas desenvolvidas para o fortalecimento da agricultura familiar tem como intuito promover a produção, garantia de venda e consumo, por meio de programas governamentais, que envolvam instituições não governamentais, socioassistenciais e entidades representativas de produtores, entre outros. Estas políticas públicas de fomento, tem como pressuposto maximizar o potencial de produção dos agricultores, garantir a permanência destes e suas famílias no meio rural, assim como, produzir alimentos, para atender as necessidades locais e regionais.

A partir destes pressupostos, passamos a fazer uma contextualização histórica mais específica sobre o objeto de estudo proposto para esta pesquisa, ou seja, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e seu papel no desenvolvimento e fortalecimento da Agricultura familiar.

2.1.3. Programa de aquisição de alimentos - PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos elaborado, lançado e instituído pela Lei 10.696 no ano de 2003 é uma das alternativas de políticas públicas que tem como pressuposto desenvolver e fortalecer a agricultura familiar. O PAA é uma das

ações específicas do Programa Fome Zero e mecanismo complementar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tem como intuito a geração de emprego, renda, sustentabilidade no campo, e também, a promoção da segurança alimentar e nutricional. Ainda versa sobre o debate em torno da erradicação da fome no país.

A partir destes pressupostos, o presente item, faz uma abordagem histórica do PAA, desde os debates em torno da estruturação do programa, os órgãos envolvidos neste processo, as Leis que estruturam a proposta e demais características próprias deste. Posteriormente, apresenta-se sua evolução, tanto econômico (na liberação e ampliação de recursos), quanto social (evolução na adesão dos agricultores).

2.1.3.1. Contexto histórico e de implementação do PAA

Conforme o Documento Oficial (Brasil, 2010), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do governo federal, com o objetivo de diminuir a margem de pobreza no Brasil, e está vinculado ao programa governamental conhecido como Fome Zero, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA).

O termo Segurança Alimentar e Nutricional foi aprovado na II Conferência Nacional sobre o tema realizado em Olinda em 2004, a partir de contribuições, debates e discussões dos diversos Fóruns sobre o assunto e uma pauta de reivindicação de alguns movimentos sociais. Conforme observa Maluf (2007):

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis - (II Conferência Nacional de SAN. Olinda, 2004. (MALUF, 2007, p. 17).

Nas últimas décadas, percebe-se o grande movimento em prol do fortalecimento da agricultura familiar e sua articulação e relação com a segurança alimentar e nutricional. De certa maneira, impulsionado pelo pouco interesse dos grandes produtores nas atividades produtivas tradicionais e da diversificação produtiva nas propriedades dos agricultores familiares. Assim, a agricultura familiar

passa a ser a grande fornecedora de alimentos para suprir as necessidades de alimentação e para atender os programas e políticas governamentais direcionados ao combate a desigualdade social, fome, vulnerabilidade e insegurança alimentar. Conforme observa Maluf (2007):

A agricultura realizada em bases familiares possui duas peculiaridades. Ela possibilita, por um lado, a ocupação socialmente equitativa do espaço agrário e favorece a valorização das dimensões social, ambiental e cultural da produção agroalimentar, como é próprio do enfoque da SAN. As atividades agroalimentares de pequena escala são, ao mesmo tempo, grandes geradoras de ocupação e de renda e ofertantes de alimentos de qualidade e diversificados, tornando-as componente central de estratégias de desenvolvimento com equidade social e SAN. Por outro lado, as famílias rurais reúnem, em sua maioria, a condição de agricultores ofertantes de alimentos com a de pobres com acesso insuficiente aos alimentos, de modo que a promoção dessas famílias enfrenta, simultaneamente, os dois lados da equação da SAN, ou seja: a produção de alimentos é, ao mesmo tempo, fonte de renda e promotora de direitos dos indivíduos e fonte de oferta da mercadoria vital para a sociedade. (MALUF, 2007, p. 132)

Desta maneira, a agricultura familiar se alicerça e, conseqüentemente, fortalece outros programas, que tem como intuito o combate a fome e a pobreza no país. Dentre os programas, podemos destacar o Fome Zero, conforme Müller (2012),

O Programa Fome Zero possui três níveis de ação: as políticas estruturais, as políticas específicas e as políticas locais. Embora as ações de fortalecimento da agricultura familiar estejam presentes nos três níveis, é no âmbito das políticas estruturais que se encontra a principal ação do Fome Zero para a agricultura familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos (MÜLLER *et al.*, 2012, p. 108).

O PAA instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696 e regulamentado pelo Decreto 4772, ambos de 02/07/2003, foi criado como instrumento de atuação para compra local de alimentos produzidos pelos agricultores familiares e direcionados para alimentação em escolas, creches, Apaes, hospitais, asilos e outras entidades beneficentes. Para Grisa (2009), a criação do PAA em 2003 resultou de uma confluência de dois debates importantes na década de 1990 no país, a saber,

Primeiramente, o Programa traz a discussão da segurança alimentar e nutricional, debate que se intensifica a partir da década de 1980, tem impulso e retração nos anos de 1990 e encontra maior espaço no governo Lula a partir de 2003. Em segundo, contribui para o reconhecimento da agricultura familiar, que já havia ganho maior expressão com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, mas que, até então, ficara à margem das ações do Estado, sofrendo os efeitos do processo de mudança da matriz tecnológica da agricultura (1960/1970) e, de modo mais longínquo, as conseqüências da estrutura agrária desigual que caracterizou a formação econômica e social do Brasil (GRISA *et al.*, 2009, p.01).

O PAA tem como objetivo incentivar a agricultura, principalmente a dos pequenos proprietários rurais para produzir alimentos, direcionando os mesmos para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Assim sendo, o programa visa contribuir para a inclusão social e promover a cidadania. De acordo com o decreto Nº 7.775/12 o PAA tem a finalidade de:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo sua inclusão econômica e social, com fomento à produção e com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, bem como incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional;
- IX - estimular o cooperativismo e associativismo (OLIVEIRA, 2012, p. 05).

Conforme BRASIL (2010), o PAA é um programa diferenciado ao:

Garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situações de insegurança alimentar e nutricional, e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2010, p.13).

Inicialmente foi necessário superar algumas dificuldades para a implantação do programa, principalmente em função da isonomia dada às compras governamentais no Brasil. Desta forma, dificultava a implantação de programas de desenvolvimento local apoiados na agricultura familiar, pois no momento da venda de uma produção, caso fosse perecível, requeria rapidez no seu escoamento. E, com a necessidade de todos os trâmites legais conforme legislação vigente gerava atrasos, inviabilizando as ações por parte dos produtores.

Para que estas dificuldades fossem supridas, o governo federal, através do PAA, autorizou a aquisição sem licitação de produtos provindos da agricultura

familiar, com o limite de aquisição definido pelo Decreto que regulamenta o Programa. Em 2014 o valor máximo dos produtos vendidos é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por agricultor familiar ao ano.

Perante Portaria Ministerial de 07/07/2003, foi estabelecido o Grupo Gestor do PAA, tendo como objetivo definir as medidas necessárias para a operacionalização do programa, a sistemática de aquisição dos produtos, preços praticados que considerem as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar, bem como, as regiões prioritárias para a implementação do programa e as condições de doação dos produtos adquiridos.

O grupo Gestor do PAA é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e composto por representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Planejamento, Orçamento, Gestão e Fazenda.

Inicialmente o PAA foi mantido com recursos disponibilizados no Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e desenvolvido a partir de parcerias entre Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, CONAB e governos estaduais e municipais. A partir de 2006, o programa passou a ter uma maior participação do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Percebe-se que a partir deste momento houve uma ampliação considerável nos recursos disponibilizados para o PAA, conforme podemos observar na tabela 1.

TABELA 1 – Evolução dos recursos (R\$) aplicados por região de 2003 a 2013

ANO	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.964
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
TOTAL	183.819.325	900.293.916	241.488.017	647.716.360	1.035.971.026	3.009.288.644

Fonte: DIPAI/SUPAF/GECAF – 2014 – Adaptado pelo Autor

Em sua estrutura de operacionalização, o PAA conta com a intervenção de vários agentes federais, estaduais e municipais. Os gestores locais são as organizações compostas por agricultores familiares, tais como: cooperativas, associações, sindicatos de trabalhadores rurais, entre outros. Ainda conta com entidades da rede socioassistencial.

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) foi delegada responsável para a aquisição e distribuição dos produtos por meio do convênio CONAB-MESA nº 005/2003. Além de garantir a compra da produção e a determinação dos preços de mercado ao adquirir os alimentos ou sinalizar o preço de referência, a CONAB também é responsável pela operacionalização do PAA nos estados.

Os agricultores beneficiários do PAA devem estar enquadrados nos grupos A ao D do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual inclui ainda os aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombolas, reassentados e assentados da Reforma Agrária. Na tabela 2 percebe-se a grande adesão dos agricultores ao PAA nos últimos dez anos.

TABELA 2 - Evolução do número de famílias por região de 2003 a 2013

ANO	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
2003	5.887	19.030	6.022	3.100	7.302	41.341
2004	1.608	20.439	13.757	3.685	10.182	49.671
2005	2.656	16.315	8.544	6.091	18.369	51.975
2006	4.450	22.366	8.620	13.520	37.587	86.543
2007	2.881	22.334	9.036	18.608	39.513	92.372
2008	3.154	27.135	5.130	25.161	30.043	90.623
2009	3.855	29.064	5.386	22.041	37.994	98.340
2010	5.630	32.146	7.270	20.889	28.453	94.388
2011	7.480	38.595	7.175	26.935	26.415	106.600
2012	9.558	37.194	8.089	32.001	41.962	128.804
2013	4.629	13.509	4.319	11.435	7.520	41.412
TOTAL	51.788	278.127	83.348	183.466	285.340	882.069

Fonte: DIPAI/SUPAF/GECAF – 2014 – Adaptado pelo Autor

O PAA foi criado como programa de fortalecimento à agricultura familiar, conjuntamente ao “Programa Fome Zero”, tendo como uma de suas bandeiras a luta contra a pobreza e vulnerabilidade social. No entanto, percebe-se que nos primeiros dez anos, principalmente na modalidade de Compra com Doação Simultânea, além

de cumprir com seu objetivo inicial o programa possibilitou um aumento de renda considerável para muitos agricultores, conforme podemos perceber no quadro 3.

Conforme Conab (2013), o programa instituído em 2003, tinha um limite financeiro por unidade familiar ao ano, conforme Decreto nº 4.772 de 02/07/2003 de R\$ 2.500,00 (dois e quinhentos reais). Posteriormente, através do Decreto 5.873 de 15/08/2006 passou para R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais); em seguida, por meio do Decreto nº 6.959 de 15/09/2009 este valor foi ampliado para R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). E seguidamente o Decreto nº 7.775 de 04/06/2012 o valor passou para R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais). No segundo semestre de 2014, o Decreto 8.293 de 12/08/2014, o PAA passa a vigorar com o valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais). Com o passar dos anos a possibilidade de ampliação da renda no campo, através desta política pública, se torna mais concreta. Desta forma, podemos observar alguns destes dados na tabela 3.

TABELA 3 – Evolução da renda média por agricultor – CDS

ANO	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
2003	0,00	1.927,45	4.537,67	2.262,26	1.895,00	2.042,48
2004	0,00	2.350,62	0,00	2.506,34	2.319,09	2.383,98
2005	1.750,00	2.126,42	1.409,51	2.267,12	2.177,68	2.029,99
2006	2.165,23	2.373,96	1.695,28	2.348,28	1.936,89	2.150,11
2007	2.933,44	2.533,53	1.900,39	2.175,13	2.344,05	2.337,43
2008	2.120,27	2.952,43	3.088,45	2.792,83	2.777,68	2.882,04
2009	3.246,54	3.292,16	3.416,09	3.485,05	3.352,62	3.390,49
2010	3.742,90	3.798,93	3.883,67	3.743,32	3.550,61	3.735,01
2011	4.289,79	3.977,69	4.078,66	4.113,92	3.837,02	4.016,92
2012	4.434,62	4.123,36	4.339,21	4.262,15	3.882,28	4.152,40
2013	5.025,55	4.856,27	5.290,83	5.911,06	4.319,41	5.227,13

Fonte: DIPAI/SUPAF/GECAF – 2014 – Adaptado pelo Autor

Conforme Hespanhol (2013), para participar do Programa, o produtor deve ter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ou da Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos (DAPAA), e estarem devidamente organizados em cooperativas, associações ou grupos de interesses informais com, no mínimo, cinco agricultores. A DAP pode ser obtida junto às instituições autorizadas oficiais de assistência técnica e extensão rural, enquanto a DAPAA, é fornecida pelo INCRA a partir da solicitação dos trabalhadores. No quadro 1 podemos observar a modalidades e condições para acesso ao PAA.

Nome	Ação
COMPRA DIRETA	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela CONAB com recursos do MDS e MDA. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00.
COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA (CDS)	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 6.500,00, podendo chegar a R\$ 8.000,00 quando a proposta for composta por produtos oriundos de pelo menos 50% de fornecedores inscritos no Cadastro Único ou quando a proposta contiver produtos exclusivamente orgânicos e/ou agroecológicos ou da sociobiodiversidade.
PAA - LEITE	Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. É operada pelos Estados da região Nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS (85%) e dos próprios Estados. Valor comercializado por agricultor/semestre R\$ 4.000,00.
COMPRA INSTITUCIONAL	Tem como finalidade garantir que Estados, Distrito Federal e Municípios, além de órgãos federais também possam comprar alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos. Poderão ser abastecidos hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. Os alimentos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos dispostos nas normas vigentes. O limite financeiro por agricultor/ano é de R\$ 8.000,00, independente se participa de outras modalidades do PAA ou PNAE.
FORMAÇÃO DE ESTOQUES	Tem como finalidade apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, visando agregação de valor à produção e sustentação de preços. Posteriormente, esses alimentos são comercializados pela organização de agricultores para devolução dos recursos financeiros ao Poder Público. O limite financeiro por unidade familiar/ano é de R\$ 8.000,00 e o valor total da proposta de participação não deve ultrapassar R\$ 1,5 milhão por cada organização/ano.

Quadro 1 – Modalidades do PAA - Fonte: MDS 2014 – Adaptado pelo autor

Conforme Zimmermann e Ferreira (2008), O PAA se apresenta como uma excelente ferramenta de desenvolvimento, tendo em vista sua aceitabilidade por parte dos produtores e a ampliação e incentivos por parte dos municípios onde estão implantados. O programa, além de seu cunho social, desperta nos agricultores a necessidade de expansão de área de plantio, de diversificação da produção, de maior cuidado com o solo.

Conforme a Conab (2012), o PAA se consolida como um programa de acesso à alimentação saudável e adequada, sendo ainda, ferramenta de política agrícola, econômica e social. Ao atender escolas, creches, hospitais, Apaes, entre outras entidades e/ou instituições com os alimentos providos da pequena propriedade,

possibilita melhor distribuição das riquezas do país, evitando o desperdício e proporcionando o desenvolvimento local. Conforme observa Hespanhol (2013),

Apesar das limitações e dificuldades do programa, as contribuições que o PAA propicia ao fomentar (ou fortalecer) o estabelecimento de redes sociais, não apenas em escala nacional entre os gestores, os conselhos e as organizações da sociedade, mas sobretudo nas escalas local e regional (HESPANHOL, 2013, p. 480).

O PAA visto como alternativa de desenvolvimento local, propicia aos pequenos produtores rurais acesso à programas de incentivo financeiro, principalmente aos produtos orgânicos. Também permeia a adequação para inserção no mercado e apoia o desenvolvimento de ações coletivas através do Associativismo e Cooperativismo, fortalecendo a Agricultura Familiar.

Para Conab (2005), o PAA imbuído de sua função de política pública de desenvolvimento da agricultura familiar, beneficia o agricultor familiar destinando parte de sua produção, garantindo sua comercialização, o pagamento e preço justo. Desta forma, contribui para a melhoria da alimentação de muitas pessoas, que se encontram em situação de insegurança alimentar ou vulnerabilidade.

Verifica-se a importância que as compras governamentais, a exemplo do PAA, podem assumir ao incentivarem a diversificação produtiva, o aumento da produção de alimentos para atender ao consumo familiar e as necessidades da rede socioassistencial local/regional, além de promover a valorização dos hábitos alimentares locais, o associativismo rural e a autoestima dos agricultores, propiciando novas alternativas de comercialização da produção, melhorando as condições de reprodução social dos agricultores no campo (HESPANHOL, 2013, p. 482).

A partir deste contexto geral sobre o PAA e sua importância como política pública de desenvolvimento da agricultura familiar, passamos a caracterizar os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa. No capítulo seguinte, apresentar com maior detalhamento o município e a comunidade de Península do Cavernoso e, algumas de suas particularidades.

2.2. ABORDAGEM METODOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Tendo como pressuposto alcançar os objetivos propostos neste trabalho, adotou-se o procedimento metodológico de estudo de caso de base qualitativa, para a pesquisa, partindo-se inicialmente de dados teóricos e, posteriormente de dados de cunho empírico. Para Gil (2009) o estudo de caso é:

Um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação (GIL, 2009, p.59).

Num primeiro momento, a parte teórica da pesquisa desenvolveu-se com bases bibliográficas, para aprofundamento de conceitos. E por meio da análise documental sobre o PAA, como sendo uma política pública na comunidade, suas bases históricas e constituição de seu desenvolvimento. Posteriormente, para complementar tal estudo teórico, realizou-se um trabalho de cunho empírico, servindo-se da pesquisa de campo, com entrevistas com produtores e posterior análise de dados coletados. Entende-se entrevista a partir de Neto (1994):

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito/objeto da pesquisa sendo focalizada (NETO, 1994, p. 57).

Nesta pesquisa de natureza qualitativa, pretende-se buscar respostas às questões particulares, levando-se em conta um universo de relações, percepções, significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Desta forma, todos os sujeitos envolvidos influenciam na construção do conhecimento, desde o pesquisador ao pesquisado. Conforme pontua Minayo (2010):

O objeto de estudo das ciências sociais é histórico. Isto significa que cada sociedade humana existe e se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular e diferente de outras. Por sua vez, todas as que vivenciam a mesma época histórica tem alguns traços comuns, dado o fato de que vivemos num mundo marcado pelo influxo das comunicações. Igualmente, as sociedades vivem o presente marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem seu futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo (MINAYO, 2010, p.12).

Para tanto, abranger-se-á um estudo que corresponde a um espaço das relações, dos processos e dos fenômenos humanos. Pretende-se captar o máximo possível as percepções e opiniões comuns dos diversos atores sociais, envolvidos no processo do Programa de Aquisição de Alimentos, em prol de um desenvolvimento sustentável, fortalecimento da agricultura familiar e, apoio no combate à fome e miséria no país.

Este estudo aborda o processo de implementação e organização do PAA na comunidade de Península do Cavernoso, no município de Candói e a luta dos agricultores por melhores condições de subsistência. Assim como, a busca de novas ferramentas que lhes propiciem condições suficientes de desenvolvimento e manutenção no campo. Por se tratar de uma comunidade tradicional, a revisão da literatura e a pesquisa bibliográfica permitiram uma breve abordagem dos povos e comunidades tradicionais (os Ilhéus) partindo da análise de decretos, leis, declarações, convenções, dissertações, publicações e artigos atuais.

A pesquisa parte de uma análise socioeconômica dos produtores com um recorte histórico entre os anos de 2010 a 2013. O ano de 2010, anterior à implementação do PAA, foi referência para a busca de dados sobre os mecanismos usados pelos produtores para manutenção e subsistência no campo; no ano de 2011 com as discussões, implementação e adesão ao PAA. No ano de 2012, com os primeiros resultados, ampliação e coordenação da Associação local; em 2013, principalmente a partir do segundo semestre, com a paralisação dos Programas no Estado por determinação da Promotoria de Justiça e Polícia Federal. Por fim, uma análise dos impactos do PAA antes da paralisação e os efeitos da parada repentina para comunidade e para as famílias de agricultores. Também se fez necessário uma análise histórica da região em que está situada a comunidade, suas raízes históricas e formas de organização.

A coleta de dados deu-se, além dos métodos aqui referidos, por outros de forma indireta, conforme observa Gil (2009), como documentos, fotos, relatórios de pesquisa, atas, relatórios do PAA, entre outros:

As técnicas de coleta de dados têm em comum o fato de serem aplicadas diretamente às pessoas. Mas há dados que, embora referentes a pessoas, são obtidos de maneira indireta, que tomam a forma de documentos, como livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e vídeos, que são obtidos de maneira indireta. Essas fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade

suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas (GIL, 2008, p. 166).

Para obtenção dos dados empíricos utilizou-se entrevistas semi-estruturadas aplicadas a partir de uma delimitação do número de agricultores familiares. Atualmente a comunidade tem aproximadamente cinquenta lotes com moradores fixos e os demais com proprietários moradores em outras cidades da região, configurando desta forma, como não pertencentes a tal comunidade. Por fim, dentre os agricultores familiares mencionados, optou-se por aqueles que aderiram desde o início ao programa dentro da comunidade.

A escolha e convite dos entrevistados, tiveram como base os dezenove agricultores que acessaram o PAA no primeiro projeto a partir da lista constante no Site da Conab e nos documentos oficiais da Associação local, e que continuaram a fazer parte dos projetos posteriores. No entanto, durante as visitas houve redução deste número, porque dois agricultores não quiseram responder o formulário, um agricultor faleceu, três agricultores mudaram da comunidade e outros dois agricultores desistiram dos projetos posteriores. Como o intuito é fazer uma comparação do primeiro projeto com os demais, o formulário não foi aplicado nesses casos, restando desta forma doze famílias a serem entrevistadas, as quais foram referência para a efetivação da pesquisa.

As entrevistas semi-estruturadas foram elaboradas através do uso de formulário de pesquisa CORONA *et al*, 2006, adaptado por CORONA e ZIMOLOG, 2014 (APÊNDICE I). Está pautada em três momentos: primeiro os dados socioeconômicos, condição de moradia, formação escolar, acesso a assistência social, saúde, transporte, entre outros de modo geral; segundo, após a adesão ao PAA e seus pontos positivos e negativos na família, na propriedade e na comunidade, assim como, sobre os impactos do PAA na diversificação da produção, ampliação de plantio, da renda, entre outros; terceiro, após a paralisação do PAA em meados de 2013, reflexos, perspectivas e projetos futuros.

Com intuito de possibilitar maior liberdade de expressão, veracidade e pontualidade nos dados obtidos, será mantida em sigilo a identidade dos produtores entrevistados, utilizando-se como meio de identificação das respostas e comentários o seguinte critério: E1 (entrevistado 1), E2, E3 e assim, sucessivamente. O local da entrevista foi de escolha do entrevistado e deu-se, somente após a assinatura do

termo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo I). O mesmo procedimento foi utilizado para as gravações em áudio.

Os dados apresentados foram analisados com a máxima fidelidade, tendo em vista o pesquisador ser conhecido pelos pesquisados, durante a execução do projeto de PAA no ano de 2013. Portanto, o pesquisador buscou a todo o momento limitar-se a fazer as perguntas que estavam no formulário de pesquisa sem observações ou comentários, que pudessem interferir nas respostas dos agricultores entrevistados.

Em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos, fez-se uma análise dos documentos, que regulamentam tal programa a nível nacional. Também um breve histórico de implementação no município, por meio da análise documental em órgãos públicos, conselhos, comitês, atas, artigos, publicações, jornais, entre outros. Posteriormente, fez-se uma análise e estruturação dos dados coletados na pesquisa de campo. Tais dados foram classificados, sistematizados e apresentados de forma dissertativa e em gráficos, em estreita relação com a pesquisa teórica, ou seja, a sistematização de teoria e prática.

O formulário de pesquisa de campo, foi organizado com uma abrangência, além dos aspectos referentes a resultados do PAA. Desta forma, existe a possibilidade de diagnosticar as condições econômicas, sociais e ambientais dos agricultores e as suas dificuldades, assim como, as estratégias que usam para a manutenção e sustentabilidade de sua propriedade.

Inicialmente o formulário apresenta algumas características específicas das famílias, ou seja, tempo de residência, origem étnica, composição familiar, condições de moradia, acesso à assistência social, saúde, transporte, participação na comunidade, entre outros. Todos estes itens estão acompanhados de uma questão discursiva referente ao PAA, ou seja, mudanças nestes itens após a adesão da família ao programa.

Em seguida, o formulário contempla as formas de produção, o tamanho da propriedade, as formas de uso e quantidade de plantio, manejo e conservação, os recursos naturais, o destino das embalagens de agrotóxicos e produtos veterinários, a assistência técnica, utilização de mão de obra, equipamentos, construções, entre outros. Todos os itens são acompanhados da pergunta sobre o PAA conforme já citado acima.

Em seguida, o formulário abrange especificamente a produção num paralelo entre os anos de 2010 e 2013. Neste momento da pesquisa relaciona-se a toda a produção (aquelas que os agricultores lembram) por: cultura, área plantada, quantidade colhida, quantidade consumida e vendida, para quem vende e o uso de insumos, sobre a produção animal, derivados da produção animal e vegetal, entre outros. Desta maneira, tem-se uma referência sobre a renda, os investimentos, mudanças ocorridas na propriedade e estratégias dos agricultores para evitar frustrações, entre outros.

Por fim, o formulário com questões discursivas abordando aspectos específicos sobre o PAA, os preços pagos pela Conab, o valor da cota anual por agricultor, as mudanças que o PAA trouxe para a família, para a propriedade, para a comunidade. Todas estas entrevistas estão acompanhadas por um questionamento em torno da paralisação do PAA em meados de 2013 e, qual foi o impacto na família, propriedade e comunidade. Para finalizar, a última pergunta versa sobre as perspectivas e projetos que os agricultores tem para suas propriedades sem o PAA, e, com um possível retorno deste Programa futuramente.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI E DA COMUNIDADE DE PENÍNSULA DO CAVERNOSO

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI

Conforme IBGE (2010), as terras do município de Candói foram imemorialmente habitadas pelos índios Votorões. Está localizado em uma região compreendida entre os Rios Cavernoso, Pinhão, Jordão e Iguaçu. O nome da cidade de origem Kaingang faz referências ao Rio Candói, afluente da margem direita do Rio Jordão e homenagem ao Cacique Candoy, antigo chefe dos índios Votorões. Em 27 de agosto de 1990, pela Lei Estadual nº 9.353, foi emancipado com território desmembrado do Município de Guarapuava. A instalação oficial deu-se em 1º de janeiro de 1993. O território do município consta de 1.512,786 km², com uma população de 14.983 pessoas (7.957 residentes na zona rural e 7.026 residentes na zona urbana). Faz parte da Mesorregião centro-sul paranaense e tem um clima subtropical, (IBGE, 2010).

A população do município aumentou entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, com taxa de 0,55% ao ano, passando de 14.187 para 14.983 habitantes. Essa taxa foi inferior à registrada no Estado, que ficou em 0,89% ao ano, e inferior a de 0,88% ao ano da Região Sul. A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 36,29% e em 2010 a passou a representar 46,89% do total. Conforme podemos observar no Gráfico 1:

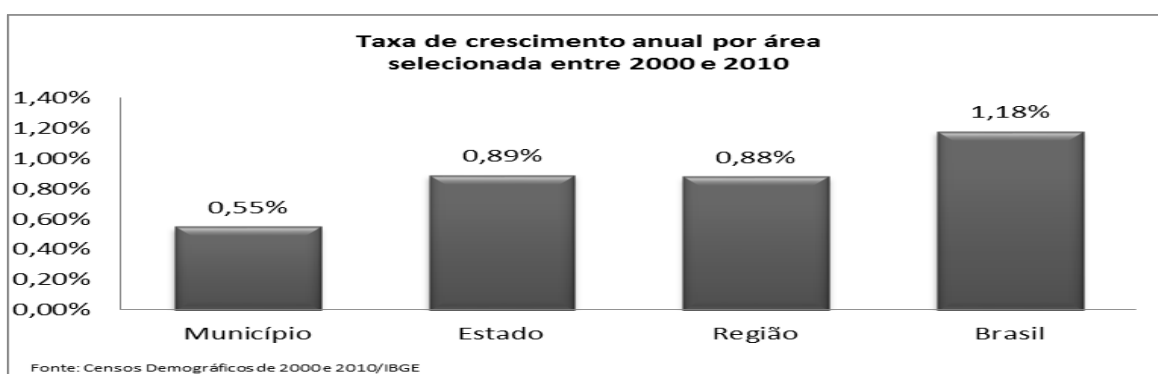


GRÁFICO 1 – Taxa de crescimento anual
Fonte: IBGE (2010) – MDS (2013)

Entre 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 40,1%, passando de R\$ 143,4 milhões para R\$ 200,9 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado que foi de 50,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,11% para 0,10% no período de 2005 a 2009, conforme gráfico 2:

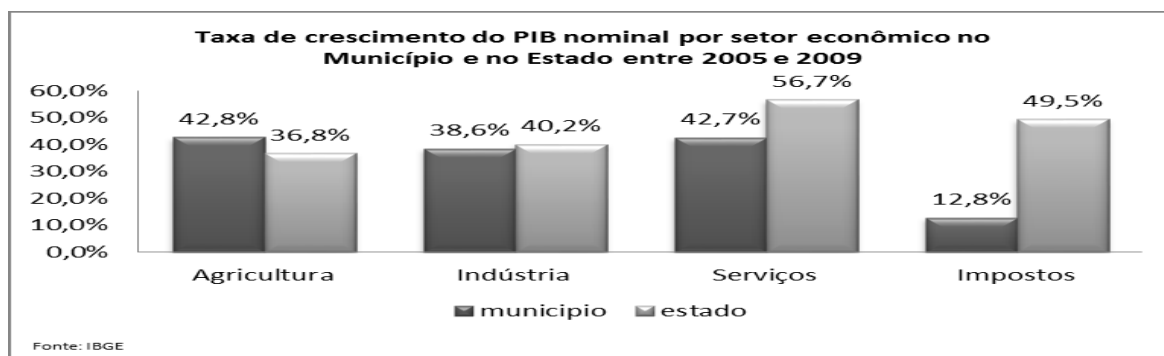


GRÁFICO 2 – Taxa de crescimento do PIB
Fonte: IBGE (2010) – MDS (2013)

TABELA 4 – Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas.

ATIVIDADE ECONÔMICA	ESTABELECEMENTOS	ÁREA (há)
Lavoura temporária	992	66.203
Horticultura e floricultura	93	274
Lavoura permanente	24	565
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	8	344
Pecuária e criação de outros animais	654	30.556
Produção florestal de florestas plantadas	8	188
Pesca	1	X
TOTAL	1780	98.132

Fonte: IBGE Censo Agropecuário (2010) – Adaptado pelo Autor

A Administração Pública foi o setor com maior volume de empregos formais, com 526 postos de trabalho, seguido pelo setor de Comércio, com 431 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 53,0% do total dos empregos formais do município.

Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 11,7% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (16,1% da população na extrema pobreza na área rural contra 6,6% na área urbana), conforme gráfico 3:

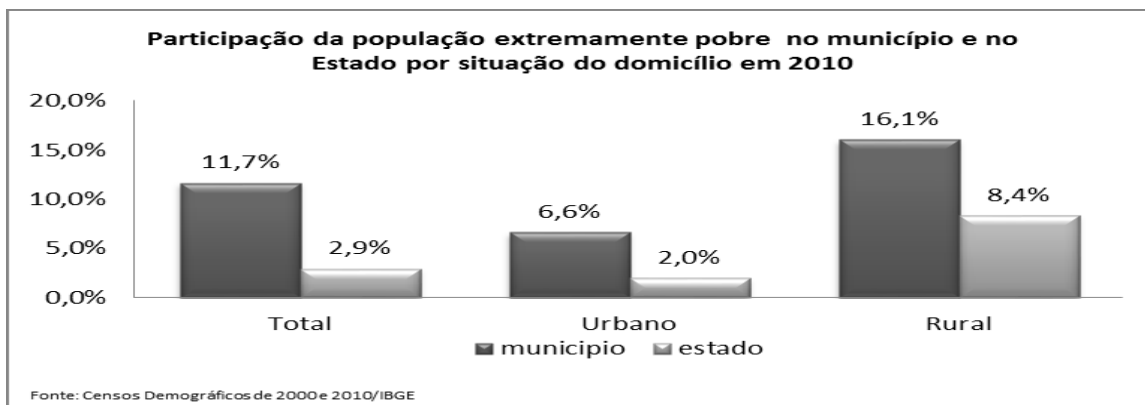


GRÁFICO 3 – Participação da população extremamente pobre
Fonte: IBGE (2010)

A receita orçamentária do município passou de R\$ 17,9 milhões em 2005 para R\$ 25,6 milhões em 2009, o que retrata uma alta de 43,3% no período ou 9,40% ao ano. A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 9,34% em 2005 para 9,76% em 2009.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 25,72% da receita orçamentária em 2005 para 23,49% em 2009. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 20,29% em 2009.

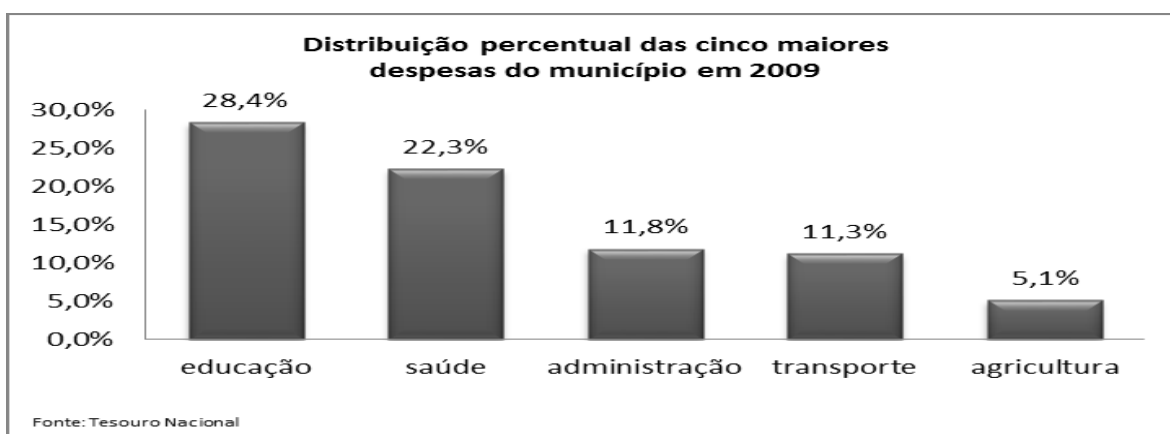


GRÁFICO 4 – Distribuição percentual das cinco maiores despesas do município
Fonte: MDS (2013)

As despesas com educação, saúde, administração, transporte e agricultura foram responsáveis por 78,86% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 4,59% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado de 4,60%.

Outro fator marcante no município de Candói, foi sua inserção no território da Cantuquiriguaçu. Tal território surgiu a partir da associação de municípios localizados entre os rios Cantú, Iguçu e Piquiri. A referida região está dentro do chamado território da cidadania. Estes Territórios da Cidadania surgiram por iniciativa do governo federal, como uma estratégia para integrar, desenvolver e incentivar o progresso das regiões, que apresentam baixo índice de desenvolvimento econômico e social, por meio da distribuição dos recursos destinados às políticas públicas de desenvolvimento. Na figura 1 podemos identificar o território e os municípios integrantes:



FIGURA 1 - Território da Cidadania Cantuquiriguaçu
Fonte: Território Cidadania (2013)

Diante do diagnóstico do baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de algumas regiões brasileiras, foram elaborados Planos de Desenvolvimento Regionais, que deram origem em 2008 ao Programa Territórios da Cidadania. O intuito central do Programa é a diminuição da pobreza e a melhoria da qualidade de vida da população.

A comunidade, objeto desta pesquisa, faz parte deste contexto de lutas dos territórios da cidadania. Reportar-nos aos problemas sociais da comunidade e aos programas sociais, que estão sendo desenvolvidos no local é uma importante tarefa, principalmente, quando se trata dos agricultores familiares e de sua realidade. É neste espaço e contexto, que nosso objeto de pesquisa se localiza, a saber, à Comunidade de Península do Cavernoso.

3.2. CARACTERIZAÇÃO E ASPECTOS HISTÓRICOS DA COMUNIDADE DE PENÍNSULA DO CAVERNOSO

Com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu no final da década de 1970, muitos agricultores que viviam em ilhas no Rio Paraná, localizado na divisa do Paraná com o Mato Grosso do Sul, perderam suas terras devido à elevação do nível da água. Com a inundação das terras, os agricultores foram obrigados a abandonar suas propriedades rapidamente, perdendo quase todos os seus implementos agrícolas, casas, animais e produção.

Alguns agricultores foram para casas de parentes, outros alugaram casas nas cidades vizinhas e a grande maioria montou acampamento à margem do Rio Paraná. A construção da Usina de Itaipu alterou, interferiu e destruiu o modo de vida dos ilhéus. Podemos perceber tal revolta nas palavras do Ilhéu Francisco Vitorino da Silva:

77 a primeira grande (cheia), 79 fecharam a Itaipu, em 80 deu aquela grandona. Nos tiraram o direito de viver aqui e jogaram à margem das periferias da cidade, ou debaixo de lona nos acampamentos, eu diria que eu nunca vi falar em nenhum lugar do mundo, onde as pessoa fossem expulsas de sua própria casa...com nós aconteceu isso, infelizmente fomos expulsos da nossa própria terra, pra mim o que acontece hoje com os ilhéus eu digo com tristeza, mais é a mesma coisa pra mim porque algumas autoridades estão rasgando a constituição federal, porque a lei diz que nós, a lei é igual pra todos, pra nós não foi assim, então eu falo com indignação porque nós fomos tratados pelo poder público pior do que os animais e nós ilhéus defendemos o meio ambiente, é engano e muito engano as pessoas que pensam que aqui a gente veio para destruir, viemos pra preservar muito embora preservação do meio ambiente pra mim ela só se dá na medida em que o ser humano seja preservado em primeiro lugar e não preservar o meio ambiente simplesmente pra exclui o homem de seu habitat (CARTOGRAFIA, 2009, p. 10)

A terra, a propriedade, o território, eram elementos primordiais em suas vidas. Não se utilizava de produtos químicos, não se visava o lucro, mas simples e unicamente a garantia de sobrevivência, o convívio socialmente harmonioso e o respeito à natureza. A grande esperança dos ilhéus seria que as águas baixassem, e os mesmos pudessem retornar ao seu espaço de vida, reconstruindo seu território que tão brutalmente lhes foi tirado. Conforme relato do morador das Ilhas Antônio Tavares Irmão:

Buscar o resgate do nosso território porque a terra, a nossa ilha é a nossa vida, é a nossa mãe é dela que nós vivemos e pra nós não interessa dinheiro, nenhuma terra que não seja nossa, aqui nós temos fartura de água e fartura de terra fértil e fartura de alimentação porque a terra produz sem precisar de química, então um pouco isso aí eu tenho um desejo ainda de

ver o povoamento nessas ilhas e que as pessoas possam reviver o tempo passado buscando as culturas dos ilhéus [...] resgatar um pouco a cultura e o modo de vida né, o companheirismo [...] (CARTOGRAFIA, 2009, p.3)

O conceito de território pode ser definido a partir do Artigo 3º do Decreto 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a saber:

II – Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observando, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

A partir do início da década de 1980, os ilhéus organizam-se e começam a reivindicar seus direitos à indenizações pelas propriedades perdidas. Neste momento o governo, que recentemente tinha passado do regime militar ao democrático, estava menos burocrático. A primeira reivindicação e proposta dos ilhéus foi “*terra por terra*”, ou seja, seriam ressarcidos conforme o que possuíam nas ilhas do rio Paraná.

Após vários encontros e debates, o Governo Federal propôs aos ilhéus terras que estavam reservadas e, em trâmites, para atender o Programa de Reforma Agrária. No entanto, estas terras estavam localizadas nos mais diversos estados do país, muitos exigiram terras no Paraná e, foram atendidos. Outros não tiveram a mesma sorte e foram encaminhados para outros estados.

Posteriormente, o Governo implanta, por meio do Incra, o PC Ilhéus no município de Guarapuava, tal área passa por emancipação política no ano de 1990 e passa a pertencer ao município de Cândói com o nome de Península do Cavernoso. Conforme Vandresen (2012), a Península do Cavernoso já havia sido indenizada pela concessionária elétrica ao proprietário, e destinava-se à formação de uma ilha para parque ambiental, mas não foi possível a elevação total da cota de água. Posteriormente, a ELETROSUL repassou para o INCRA o terreno para que o mesmo fosse destinado a Programa de Reforma Agrária.

Conforme INCRA, em 19/11/1984, sob código SIPRA PR0009000, oficializou-se a criação do Projeto de Colonização Ilhéus (PC Ilhéus) com uma área de 1.172,08 ha, contendo oitenta lotes. Neste foi assentado setenta e nove famílias, destas, quatorze do Município de Guarapuava, que possuíam cadastro de sem terra

no INCRA. Também um lote designado para uso comunitário e espaço para construção de escola, posto de saúde, igreja, a sede da associação de agricultores, entre outros.

Para Vandressen (2012), a expressão “Ilhéus” foi uma denominação produzida pelo Estado para referir-se aos ribeirinhos e pescadores habitantes das ilhas do Rio Paraná antes e durante o processo de construção da barragem de Itaipu. Posteriormente o Governo enquadrou tais famílias como “Sem Terra”, para que possibilitasse o acesso à propriedade através da Reforma Agrária.

O espaço designado é uma península banhada pelos rios Cavernoso e Iguaçu. O local foi escolhido porque oferecia condições semelhantes ao que os ilhéus possuíam, principalmente, o fácil acesso a água, o tipo de solo e o clima. Na figura 2, a esquerda os limites do município de Candói e a localização do PC Ilhéus (em verde). Ao lado uma imagem mais ampliada da comunidade.

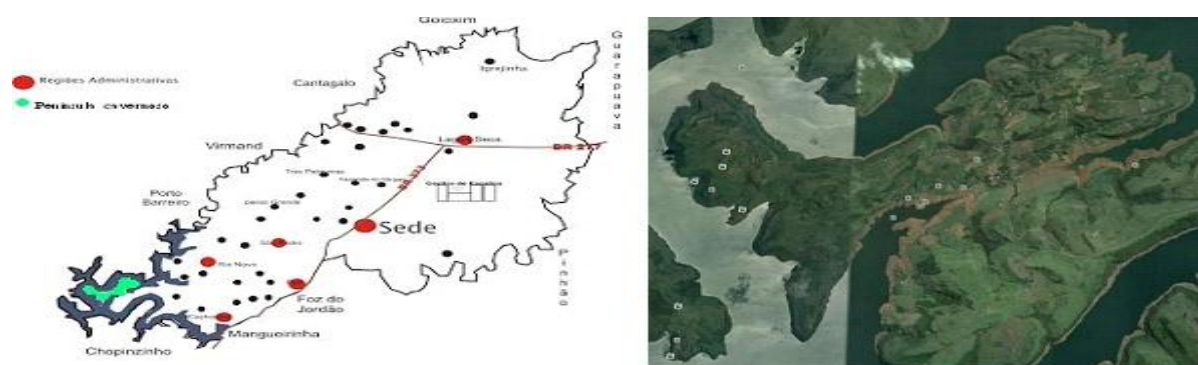


FIGURA 2 – Localização da Península do Cavernoso
Fonte: Google mapas (2014)

No entanto, o tamanho dos lotes ofertados não atendia às exigências dos ilhéus, ou seja, “terra por terra” conforme tinham acordado com o governo federal. Sendo assim, as reivindicações sempre estiveram presentes em todas as instâncias e, percorrem até os dias de hoje, especialmente, com a Associação dos Ilhéus Atingidos pelo Parque Nacional de Ilha Grande (APIG), na busca pelas indenizações.

Outro fator marcante do local dos assentados (Ilhéus), mesmo sendo no mesmo estado são: os costumes, a fala, períodos de plantio, manejo, cultura, tradição, a distância da sede do município (em torno de 50 km) e, principalmente, o

preconceito dos moradores locais. Tal preconceito pode ser identificado nas palavras do Ilhéu José Pereira Nunes:

Quando nós chegamos lá no Candói, a maioria da região falava: “Chegou os comboio de vagabundo”, “da onde?” “É os ilhéus”. Nós andávamos com dinheiro no bolso aqui e falava: “Não, nós não somos vagabundo não, somos trabalhador”. Eu estou com 66 anos, e tem 25 anos que estou lá, lá eu já passei por precisão, mas aqui dentro da ilha eu nunca passei, mas quando, nós chegamos lá, quem tinha comida, comia, quem não tinha passava fome. E os cara chegavam assim: ‘Óia lá você está vendo, os vagabundos’. Eles queriam dizer que nós tínhamos invadido, mas nós não tinha invadido, nós fomos em cima do terreno, ‘Ó os vagabundos chegaram’. Mas quando viram que nós começamos a andar cada um com dinheiro no bolso, daí ‘Não, o povo é tudo trabalhador, não são vagabundos não’. Mas no começo chamavam nós de vagabundos, porque nós tínhamos vindo daqui (das ilhas do Rio Paraná, os ilhéus), e os que estão lá fora, a maioria fala, 90% fala: ‘Os vagabundos’, é o lugar que o cara busca ouro (CARTOGRAFIA, 2009, p.8).

Estes fatores levaram alguns agricultores a desistir de suas terras e partir para outras comunidades ou cidades vizinhas. Os relatos dos que ficaram giram em torno das formas de adaptação, de algumas semelhanças com o antigo território e da presente realidade. A diversidade cultural e identitária em relação à região e aos moradores já estabelecidos, aos poucos ganha um novo redesenho, a partir da aproximação destes indivíduos. A tal condição, recorremos a Lévi-Strauss (1980):

A diversidade das culturas humanas está atrás de nós, à nossa volta e à nossa frente. A única exigência que podemos fazer valer a seu respeito (exigência que cria para cada indivíduo deveres correspondentes) é que ela se realize sob formas em que cada uma seja uma contribuição para a maior generosidade das outras (LÉVI-STRAUSS, 1980, p. 24).

As terras são férteis, produtivas e quase todos os lotes tem acesso aos corpos d’água ou ao alagado da Península, conforme se observa figura 3.



FIGURA 3 – Proximidade dos lotes do alagado - Fonte: Arquivo próprio do autor (2014)

No entanto, no assentamento o conflito identitário se acirrava devido aos moldes de como se encaminhou tal situação. Os denominados “ilhéus” do rio Paraná passaram a ser chamados de “Sem Terra”. Este conflito identitário permaneceu por muitos anos e, aos poucos, tais sujeitos estão resgatando parte de suas histórias e reconhecimento. Conforme Hall (2002):

Identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades (HALL, 2002, p. 24).

Essa é uma das características do PC Ilhéus, pois nele busca-se reconstruir e resgatar as relações que se tinha nos territórios inundados. Desta maneira, percebe-se que o PC Ilhéus, tem sua característica peculiar, pois é um assentamento criado para pequenos agricultores, que já possuíam suas propriedades e delas foram expulsos. Fica evidente que, para os assentados obter reconhecimento como “Ilhéu”, é uma condição necessária, para manter seu espaço de vida. A propriedade está intrinsecamente ligada à sua identidade. Conforme podemos perceber nas palavras do ilhéu João Benjamim Franco:

Na verdade já leva o nome de ilhéu porque mora na ilha. Vou citar aqui meu caso, que já nasci na ilha, eu sou um verdadeiro ilhéu, que vivi da ilha toda vida né, a nossa cultura aqui assim ó como plantação de soja, milho, e todo tipo de cultura de criação de porco, galinha, e nossa cultura da pesca também, então isso pra mim que é característica verdadeira do ilhéu, que nós somos, nascidos e criados aqui, não só citando eu como exemplo, mas também as outras pessoas que viveram muito tempo aqui nas ilhas, também são conhecidos como ilhéus, essa é a característica (CARTOGRAFIA, 2009, p. 8).

Com o passar do tempo, os conflitos foram menos frequentes, os produtores estruturaram-se conforme suas possibilidades, as formas organizativas estão mais presentes e a busca por desenvolvimento, passou a ser uma necessidade.

Conforme Secretaria Municipal de Agricultura (2013) observa-se que atualmente os agricultores possuem Declaração de aptidão ao PRONAF-DAP, propriedades com área de 10,0 a 24,0 hectares, dependendo das condições de relevo do terreno. Desenvolvem atividade agropecuária, bovinocultura. No inverno, há plantio de aveia e no verão milho, feijão, laranja, maracujá, banana, mamão, acerola, pêssigo, manga, poncan, abacate, entre outros. A mão de obra é familiar,

intermedia-se serviço temporário esporadicamente, nas colheitas da laranja e do feijão.

A comunidade é representada por duas Associações, a saber, Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade Ilha Península do Cavernoso com 116 sócios em seu quadro, declarada de Utilidade Pública Estadual; e Associação dos Agricultores da Palhada com 30 sócios. As duas Associações encontram-se em plena atividade e, com suas documentações em dia. A divisão destas, apesar de ser na mesma comunidade, deu-se, principalmente, por motivos políticos e culturais⁴.

No entanto, estes grupos se aproximam constantemente para resolverem problemas locais, tendo em vista o fortalecimento e desenvolvimento da comunidade. Esta necessidade pode ser expressa através das palavras de Claude Levi-Strauss “para progredir, é necessário que os homens colaborem; e no decurso desta colaboração, eles vêem gradualmente identificarem-se os contributos cuja diversidade inicial era precisamente o que tornava a sua colaboração fecunda e necessária” (LÉVI-STRAUSS, 1980, p. 23).

Os assentamentos são territórios, que se encontram em permanente construção, e as relações sociais presentes nestes possibilitam a reprodução social do agricultor familiar. Desta maneira, pode-se tratar do território como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p.78).

As atividades agrícolas desenvolvidas nas propriedades, são basicamente familiares. Na época de safra, quando a mão de obra familiar não é suficiente, recorre-se a ajuda dos vizinhos no sistema troca de dias ou mutirão. Após separados os mantimentos para atender às necessidades familiar, o excedente é vendido no comércio local. Desta forma, o assentamento, ao mesmo tempo, em que fortalece a agricultura familiar propicia o desenvolvimento local.

Atualmente grande parte dos agricultores têm acesso à programas de créditos, a programas governamentais direcionados à assentamentos, ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Para tanto, a possibilidade de produção tende a

⁴ A AAFICPC tem seus laços culturais alicerçados nos ideais dos ilhéus do Rio Paraná, contando em seu quadro social coordenadores do MAB, MST, APIG. A Associação da Palhada é formada por agricultores que já viviam na região e foram assentados, assim como, por agricultores que posteriormente compraram seus lotes na comunidade.

aumentar conforme o acesso a tecnologias e garantias de comercialização da produção.

A partir das reivindicações dos assentados, o INCRA, que inicialmente lhes concedeu o lote através por concessão de uso, liberou os direitos de posse ou títulos da propriedade, tendo em vista que os assentados já possuíam seus terrenos. Assim sendo, o título da propriedade possibilita e garante a permanência do agricultor na propriedade e lhes permitem a reprodução social.

Percebe-se a presença dos movimentos sociais, principalmente do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento do Sem Terra (MST) e, com maior atuação, da Associação dos Ilhéus Atingidos pelo Parque Nacional de Ilha Grande (APIG), que busca incessantemente pela indenização das terras inundadas pela Usina Hidrelétrica de Itaipu.

De modo geral, percebe-se que o assentamento, apesar de suas limitações, conflitos e disputas por poder, é um território onde os assentados incansavelmente buscam meios para permanecerem, assim como, buscam novas formas que propiciem o desenvolvimento local como alternativa e iniciativa necessária de emancipação social e econômica.

Contudo, o território, a identidade e o desenvolvimento se apresentam através das particularidades e da singularidade dos indivíduos que ali vivem e de suas relações e ações. Tal complementaridade se explicita nas palavras do Ilhéu Antonio Tavares Irmão: “eu me sinto aqui dentro da ilha como a criança no braço da mãe, sabe porque aqui é que a gente nasceu e se criou, então quando a gente perde a mãe da gente praticamente a vida da gente fica insegura e o agricultor que perde a sua terra fica indefeso” (CARTOGRAFIA, 2009, p. 11).

Após esta abordagem histórica, e amostragem de alguns aspectos socioeconômicos do município de Cândói, há um breve histórico da comunidade de Península do Cavernoso, seus conflitos e lutas em busca da emancipação, reconhecimento e desenvolvimento. Em seguida, far-se-á uma breve contextualização histórica. E ainda, comentários sobre como a pesquisa foi realizada, assim como, os procedimentos utilizados para melhor compreensão e a fruição do objetivo desta dissertação.

4. APROXIMAÇÕES EMPÍRICAS SOBRE O PAA NA COMUNIDADE DE PENINSULA DO CAVERNOSO

A pesquisa foi construída a partir da singularidade e modos de vida de certos grupos de indivíduos, e que são fundamentais para a compreensão daquela realidade. Para tanto, o próprio objeto nos conduz a uma análise daquilo que lhe é peculiar, ou seja, nos leva à uma discussão mais apurada, de como todo este movimento em busca de desenvolvimento, de lutas pela sobrevivência, de reconhecimento, vai construindo e alicerçando um povo, uma cultura, um costume, um modo de vida. Neste ínterim, o agricultor familiar na sua plenitude, rodeado de incertezas e, ao mesmo tempo, de esperanças, vai traçando seus objetivos, com uma perspectiva de um futuro promissor. A partir destas particularidades, o pesquisador tenta ao máximo captar, compreender e descrever tal realidade.

A nesta perspectiva, a análise dos dados coletados na comunidade delineará a discussão a partir deste momento. Primeiramente, uma análise sobre as características locais, da população e as condições que os cercam, de maneira individual e coletiva. Seguidamente, uma análise dos impactos causados pela paralisação do programa no ano de 2013 e as perspectiva para o futuro dos agricultores na comunidade. Ressalta-se que os relatos destes sujeitos darão base a esta discussão.

4.1. IMPACTOS DO PAA NA COMUNIDADE: UM PARALELO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2013

A comunidade de Península do Cavernoso, vem sendo objeto de diversas pesquisas nos últimos anos. Suas particularidades vêm chamando atenção de pesquisadores, pois os mesmos encontram no mesmo local uma série de opções para debates e reflexões, sobre temas que estão ganhando visibilidade no cenário nacional, entre eles: o caso de assentamentos rurais pela construção de barragens hidrelétricas e as políticas públicas voltadas para a permanência dos indivíduos no meio rural.

Nos 30 anos de assentamento foi possível perceber muito empenho dos moradores em questões de organização, pois reúnem diferentes formas de pensar e agir com o mesmo foco e objetivos. Historicamente, a comunidade sofre com alguns descasos do governo municipal. Contudo, atualmente pode contar com uma infraestrutura que lhes propiciam condições mais favoráveis de sobrevivência, do que quando ali chegaram. Tais condições foram aos poucos surgindo de suas reivindicações e enfrentamentos organizados pelos coordenadores dos movimentos sociais, tais como o dos atingidos por barragens, presidentes de associações e representantes políticos locais, surgidos dentro do assentamento no decorrer deste período.

No entanto, observa-se que, apesar deste movimento por melhorias, em torno de 15 famílias foram embora, assim como, somente 20% dos jovens permanecem na comunidade. Destes jovens, muitos foram atrás de condições de vida no meio urbano, outros casaram e mudaram para comunidades vizinhas, poucos permanecem nas propriedades dos familiares. Das doze famílias visitadas, somam-se um total de 39 filhos, sendo que somente quatro famílias ainda contam com filhos na propriedade, perfazendo um total de oito (duas crianças abaixo de dez anos e seis jovens na fase de adolescência). No gráfico 5 pode-se observar a faixa etária dos residentes nas propriedades.

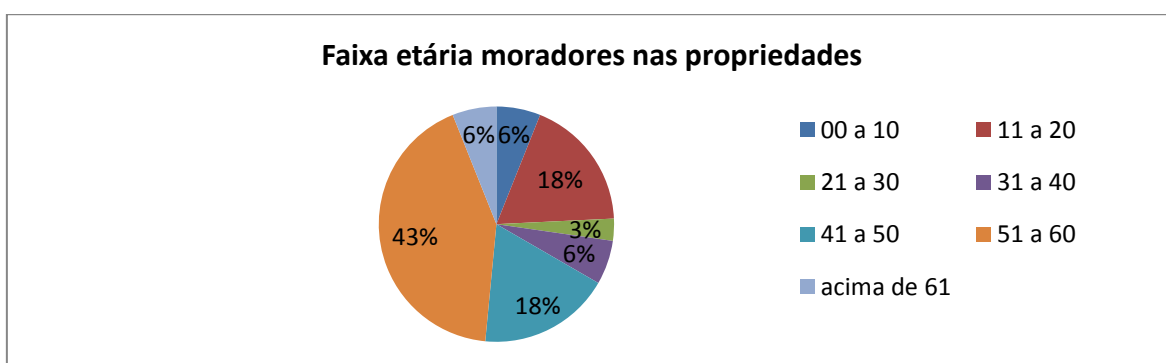


Gráfico 5 – Faixa etária dos moradores nas propriedades
Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Outra condicionante desta situação, refere-se ao tamanho dos lotes, pois em uma família com uma grande quantidade de filhos, o espaço disponível se torna insuficiente para que todos possam sobreviver e garantir seu futuro no local. Outro

fator que chama atenção no gráfico, é a idade de grande parte dos agricultores, ou seja, 49% já passaram dos 51 anos.

Na tabela 5, pode-se observar a reduzida disponibilidade de terra dos agricultores entrevistados. Com pouco acesso à terra, reduz-se as condições de permanência dos filhos, quando suas atividades são voltadas para a agricultura, como é o caso das famílias entrevistadas.

TABELA 5 – Área da propriedade em hectares.

PROPRIEDADES	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12
Área proprietário	17	16	16,8	17	11,6	17	16,8	20,5	17	13	16	19,8
Área arrendatário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Área parceiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Área meeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Área ocupante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Área total	17	16	16,8	17	11,6	17	16,8	20,5	17	13	16	19,8

Fonte: Pesquisa de Campo 2014

Em relação às condições de moradia e acesso a serviços, a maioria dos estabelecimentos são casas mistas, algumas ainda trazem vestígios das primeiras construções feitas quando foram assentados na década de 1980. No entanto, conforme relato das famílias, aqueles que não conseguiram construir uma casa nova ao menos fizeram reformas e ampliações. Grande parte destas, foram construídas após a adesão destes agricultores ao PAA. De certo modo, as famílias tinham seu modo de vida e o como gerir a propriedade, para tirar seu sustento. O dinheiro que recebiam do PAA possibilitava tais empreendimentos na propriedade e aumento de bens para a família.

O PAA significava uma renda muito boa, ajudava muito nós... até porque ele era uma renda mensal, né, que nós tinha na mão. Ele ajudava muito a família. Porque a gente podia, a gente podia comprar tipo assim uma roupa a mais, um calçado a mais, um maquinário, alguma coisa e a falta do PAA agora se tem que usar aquele dinheiro que você poderia usar pra isso, você num pode usar, você tem que tirar de outro orçamento, outra fonte, né. (E6, 2014).

A partir do ano de 2014, o governo municipal conjuntamente com o INCRA fez um convênio com a SANEPAR para fornecimento de água para os assentados. Foi readequado um poço artesiano, perfurado há muito tempo e, a empresa contratada fez todo o encanamento. Segundo informações fornecidas pelos agricultores, tal obra estará em pleno funcionamento no segundo semestre de 2015.

No entanto, percebe-se que todas as propriedades possuem poço e água encanada até suas residências, somente em duas propriedades foi relatado a falta de água quando ocorre grande estiagem. Das doze propriedades visitadas, quatro possuem caixa cisterna construídas através de uma parceria entre governo municipal e o MAB.

Outro fator preponderante no assentamento, é o acesso à luz elétrica em todas as propriedades. Este fator contribui para que os agricultores possam adquirir equipamentos domésticos e eletrônicos, entre outros, possibilitando maior comodidade para seus familiares. Também, tal acesso contribuiu fortemente para a ampliação do gado leiteiro, possibilitando aos produtores adquirir a ordenhadeira elétrica e freezer, para armazenamento do leite. Ressaltando que, conforme relato dos produtores, a coleta era feita somente uma vez por semana pela cooperativa.

Em relação à assistência social, os assentados recebem uma cesta básica de alimentos, bimestralmente do MAB desde o início 2013. Em 2014, foram cadastradas algumas famílias para receberem casas por meio de um programa de habitação do movimento e, que ainda encontra-se em tramitação e organização documental. Das famílias visitadas, somente quatro recebem Bolsa família atualmente. No entanto, este número era maior no ano de 2010, com nove famílias beneficiadas.

O programa bolsa família foi instituído pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004 e, tem como finalidade combater a fome e a pobreza, entre outras formas de privação das famílias, promover a segurança alimentar e nutricional, assim como, possibilitar acesso a serviços públicos de saúde, educação, assistência social, entre outros. O programa faz parte do Plano Brasil sem Miséria, que tem como intuito atender à população brasileira com renda per capita inferior a R\$ 77,00 mensais. Os impactos do programa se apresentam de forma positiva, conforme Weissheimer (2010):

O impacto mais imediato do PBF sobre cidadãos brasileiros beneficiados é possibilitar a conquista do primeiro degrau dos direitos fundamentais, qual seja o direito à alimentação adequada ou, em palavras mais firmes e brasileiras, o direito à comida. Sem ele, não há como construir o direito à vida, à dignidade humana, o acesso aos direitos e aos deveres de nacionalidade e da cidadania (WEISSHEIMER, 2010, p.11).

No entanto, conforme alguns entrevistados, o PBF passou a ser a principal forma de renda mensal de muitas famílias depois da paralisação do PAA em 2013,

configurando-se num programa essencial para a manutenção de muitas pessoas no campo. Outro fator associado ao PBF é a permanência das crianças nas escolas. Desde o ano de 2008 a comunidade conta com uma escola municipal de séries iniciais até o quinto ano. No passado, estas crianças perfaziam em torno de 50 km diários, com transporte escolar até a comunidade de Cachoeira⁵ para poder estudar.

Com o acesso ao PAA, principalmente em 2012 com 46 produtores, os relatos giram em torno de melhores condições de modo geral. Um destes fatores gira em torno do transporte utilizado pelas famílias, ou seja, houve redução no uso de transportes coletivos públicos e privados e um considerável aumento na aquisição e uso de veículos e motocicletas próprios (66% dos entrevistados). Contudo, a disponibilidade de transporte coletivo privado na comunidade é de duas vezes na semana e o transporte coletivo público⁶ quinzenalmente.

Em relação à participação na comunidade, a partir da análise dos dados percebe-se que todos os agricultores entrevistados participam da Associação de Agricultores AAFCIPC, na qual depositam bastante confiança. Todas as reivindicações e decisões que precisam ser tomadas na comunidade, passam por debates e discussões em Assembleias, na sede da Associação, antes dos devidos encaminhamentos. Estas decisões giram em torno dos mais variados assuntos e situações, ou seja, no âmbito educacional, econômico, ambiental, político, entre outros.

ESTABELECIMENTOS	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12
Associação de agricultores	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Associação do PAA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Participa APMF	2	2	2	2	1	1	1	2	2	2	2	2
Igrejas na comunidade	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	2	1
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	1	1	1	1	1	2	2	1	2	1	2	2
Conselhos	2	1	2	2	2	1	1	2	2	2	2	2
Cooperativas	2	2	1	2	1	2	2	2	2	2	2	2
Outra associação de agricultores	1	2	2	1	2	1	1	1	1	2	1	1

QUADRO 2 – Participação na comunidade

Fonte: Pesquisa de campo (2014) – Legenda: 1 (sim) - 2 (não)

No âmbito educacional, as ações são direcionadas conjuntamente com a APMF visando melhorias na escola (com poucas interferências no pedagógico); no

⁵ Os alunos do ensino fundamental do 5º ao 9º ano e os do ensino médio permanecem frequentando o Colégio na comunidade de Cachoeira.

⁶ Conhecido na comunidade como gratuito ou alegria.

econômico, as discussões giram em torno de políticas públicas possíveis de acesso, ampliação de mercados de venda dos produtos e fortalecimento do grupo nas negociações, estratégias de produção, acesso a crédito, entre outros. No ambiental, as discussões são em torno do uso consciente das propriedades, a redução do uso de agrotóxicos, proteção das fontes, entre outros; no político, a discussão gira em torno das lutas e enfrentamentos do passado e presente, da necessidade de união e de ter representantes da comunidade no legislativo.

No fator político, a comunidade não teve a mesma sorte de pleitos anteriores quando puderam contar com representantes na câmara dos vereadores do município, tal como o vereador Pedro Tavares Pereira (Pedrinho da Ilha) que exerceu o cargo entre 2005 a 2008, figura importante no desenvolvimento da comunidade e o responsável pelo projeto de construção da escola e posto de saúde na comunidade. Posteriormente, o vereador concorreu para o cargo de Prefeito em 2008, mas não obteve êxito. Em seguida assumiu a Associação de Agricultores e foi o grande mentor da implementação do PAA na comunidade.

No entanto, em março de 2011 sofreu um acidente de trânsito fatal⁷, deixando esposa, filhos e uma comunidade inteira sem sua principal liderança. Na figura 4, observa-se uma reunião da AAFCIPC com os sócios participantes do PAA. Ao fundo, na parede da sede da Associação, uma placa de fundação do assentamento e um banner em homenagem a Pedro Tavares Pereira.



FOTOGRAFIA 4 - Reunião da AAFCIPC - Fonte: Arquivo AAFCIPC (2013)

Desde o acesso ao PAA, a comunidade passou a receber maior atenção do governo municipal, disponibilizando funcionários da secretaria de agricultura para

⁷<http://sergiobuccomarxiano.blogspot.com.br/2011/03/pedro-tavares-pereira-o-pedrinho-da.html>

acompanhar as reuniões, assim como, ofertando alguns cursos técnicos na comunidade. Dentre estes, podemos destacar alguns relatados durante a pesquisa de campo, tais como: Plantio e manejo de laranja e banana, derivados de leite, associativismo, cooperativismo, doce de batata, conservas, produção orgânica, combate a formiga cortadeira, boas práticas de fabricação de derivados de fruta, agroindústria, agrotóxicos, entre outros.

Desta forma, através da conscientização dos agricultores e das exigências sobre a produção a ser entregue para o PAA, foi possível perceber os reflexos destes nas propriedades, principalmente, em relação ao manejo e conservação do solo, os cuidados com recursos naturais, o adequado destino das embalagens de agrotóxicos e produtos veterinários. Enfim, a preocupação com a preservação ambiental, entre outros. Em relação ao manejo e conservação da propriedade, observa-se no quadro 3 como os agricultores estão conduzindo tal situação.

ESTABELECEMENTOS	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12
Curva de nível	1	2	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2
Terraceamento	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Plantio no nível	2	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1
Cultiva em áreas quebradas	1	2	1	1	2	2	1	2	1	1	2	1
Rotação de cultura	1	1	1	1	1	2	2	2	2	1	1	2
Queimadas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Adubação verde	1	1	1	1	2	2	1	1	2	2	1	2
Adubação orgânica	2	1	2	2	1	2	1	1	2	2	2	2
Plantio direto	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1
Sistemas agroflorestais e agrosilvopastoril	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Sistema integração lavoura/pecuária	2	1	2	2	1	2	2	2	2	1	2	2

QUADRO 3 – Manejo e Manutenção

Fonte: Pesquisa de campo (2014) – Legenda: 1 (sim) - 2 (não)

O quadro demonstra a opção dos agricultores pelo plantio no nível, ou seja, 83,3% preferem tal prática, enquanto 16,7% permanecem numa prática bastante utilizada ao longo de muitos anos na agricultura, a curva de nível. Outro fator que está ganhando força a cada dia é a utilização do plantio direto relatado nesta pesquisa como estratégia de 83,3% dos estabelecimentos, assim como, uma crescente na utilização de adubação verde e orgânica e rotação de culturas. Por ter um relevo bastante acidentado, o cultivo em áreas quebradas às vezes se faz necessário. Dos entrevistados, 7 produtores (58,3%) utilizam destas áreas e 5 produtores (41,7%) destinam estas partes do terreno para reserva legal ou pastagens. Outro dado que se apresenta na tabela e que é bastante enaltecido

pelos agricultores é de não utilizarem mais queimadas em suas atividades no campo.

Em relação aos recursos naturais, ou até mesmo problemas que possam estar ocorrendo nas propriedades, percebe-se que os agricultores estão cientes da realidade que os cercam e, buscam solucionar os problemas com recursos próprios ou buscam apoio e orientação nos órgãos públicos. A maioria dos problemas estão relacionados com o controle das erosões, com a perda de fertilidade do solo e, principalmente, com as nascentes de água presentes nos lotes de todos os entrevistados, pois se encontram com pouca proteção natural e nenhuma artificial. A água é utilizada principalmente para o próprio consumo, e dos animais e em poucos casos para irrigação, limpeza de maquinários e abastecimentos de pulverizadores, entre outros.

Durante a análise dos dados da pesquisa de campo, um fator apresentado pelos produtores chamou a atenção, ou seja, o destino das embalagens de agrotóxicos e produtos veterinários. Tendo em vista que os agricultores recentemente participaram de cursos sobre o assunto, portanto são conhecedores da legislação vigente sobre tal assunto. Na prática se percebe somente a aplicação parcial destes conhecimentos, conforme se observa no quadro 4.

ESTABELECEMENTOS	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12
SEAB ou empresas	2	2	1	1	1	2	2	1	1	1	2	1
Queima	2	1	2	2	2	2	1	1	2	2	2	2
Enterra	1	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2
Reutiliza	2	1	2	1	1	2	2	2	2	2	2	1
Céu aberto	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Armazena	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

QUADRO 4 – Destino das embalagens de agrotóxicos e veterinários

Fonte: Pesquisa de campo (2014) – Legenda: 1 (sim) - 2 (não)

Conforme a Lei Federal nº 9.974, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.074, as cooperativas, revendas ou distribuidoras, são obrigadas a designar e orientar os consumidores sobre os procedimentos e a devolução das embalagens vazias. Tais dados devem estar presentes na nota fiscal do produto, e o consumidor tem o prazo de um ano para tal, ou seja, a responsabilidade pela observância da Lei é de todos.

No quadro percebe-se que somente 7 agricultores observam parcialmente a legislação, tendo em vista que alguns destes, logo após utilizarem o produto ou após

o vencimento de prazos de devolução queimam, enterram ou reutilizam as embalagens em outra atividade na propriedade. Este último fator é bastante preocupante, pois a reutilização destas embalagens podem trazer sérios riscos a todos do grupo familiar, bem como, a possibilidade de contaminar os animais, o solo e a água.

No entanto, a preocupação maior está em relação ao armazenamento, pois poucos seguem as orientações, e guardam as embalagens junto com as ferramentas de trabalho e mantimentos. Contudo, não há relatos de descarte de embalagens a céu aberto e rios, ao menos neste quesito os agricultores estão seguindo à risca os conhecimentos adquiridos no curso.

Conforme os comentários gerais dos entrevistados, o uso de agrotóxicos é ainda necessário nas propriedades devido o relevo do terreno, à pouca disponibilidade de mão de obra e o aumento das pragas. Muitos relatam que depois da adesão ao PAA, os agricultores passaram a controlar o uso de agrotóxicos, parte por conscientização sobre os riscos para a saúde, parte pelas exigências dos beneficiários consumidores dos produtos oriundos do PAA.

Conforme a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o consumo de agrotóxico no Brasil expandiu muito rápido, principalmente na última década, fazendo com que o país ocupasse o primeiro lugar no *ranking* mundial desde 2008. Ainda, segundo a ANVISA, um dos fatores preponderantes neste aumento foi a liberação do cultivo de sementes transgênicas, o que provocou o aumento do uso de herbicidas. Muitos destes fatores estão ligados à facilidade no registro dos produtos no país, ampla cobertura legal, a deficiência na fiscalização, o contrabando, entre outros fatores.

Em virtude, as respostas ao item 5.6⁸ do formulário de pesquisa demonstram claramente esta fragilidade apresentada pela ANVISA, principalmente pela falta de técnicos para orientar os agricultores, pois estes estão cada vez mais desinformados em relação às mudanças e às exigências legais sobre suas atividades. Os órgãos públicos federais, estaduais e municipais responsáveis estão com poucas condições para atender estas demandas/necessidades. Em alguns casos, por falta de efetivo no corpo técnico, em outros casos por descaso mesmo. No quadro 5, a partir do item citado acima, representa este descaso principalmente, das secretarias

⁸ Assistência Técnica

municipais de agricultura. Estas secretarias abrangem uma gama muito grande de projetos e compromissos, e acabam pecando no atendimento aquelas situações simples e básicas.

ESTABELECEMENTOS	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12
Secretaria municipal	2	2	2	2	2	2	1	1	2	1	2	2
Emater	1	2	2	2	2	2	1	2	2	1	2	2
Privada	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2
Senar	2	2	2	2	1	2	1	2	2	1	2	2
Sebrae	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2
ONGs	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Universidades	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2
Cooperativas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2
CRF	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2
Outros	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2

QUADRO 5 – Acesso a Assistência Técnica

Fonte: Pesquisa de campo (2014) – Legenda: 1 (sim) - 2 (não)

Os dados apresentados no quadro deixam clara a falta de acesso à assistência técnica e, conseqüentemente, à indignação dos agricultores entrevistados, pois 58,3% não têm assistência técnica nenhuma. Dos itens relacionados, a Secretaria Municipal de agricultura atende somente 25% da demanda. Conforme relatos, estes agricultores têm assistência técnica por fazerem parte de um grupo de produtos de maracujá, senão estes dados apresentariam uma situação ainda pior.

Outro órgão público presente no município é a EMATER, que neste, aparece com a mesma porcentagem de atendidos, coincidentemente, a maioria são produtores de maracujá. Algumas propriedades recebem técnicos regularmente de empresas privadas do município, outros raramente recebem técnicos do SEBRAE, SENAR, Casa Familiar Rural e Universidades. Mesmo com a adesão dos agricultores ao PAA, e as exigências na produção, nada mudou neste cenário, entre os anos de 2010 e 2013.

No início de 2014, a comunidade passou a conviver com frequentes visitas de técnicos do Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) da cidade de Laranjeiras do Sul. Estes técnicos estão implantando no território Cantuquiriguaçu um projeto sobre sementes crioulas. Dos agricultores entrevistados, somente um dispôs-se a participar de tal projeto. Contudo, percebe-se

que estes técnicos o auxiliam nas mais variadas situações dentro do estabelecimento.

Outro fator que se observa constantemente, é que todos os entrevistados utilizam-se da mão de obra familiar, contratando empregados temporários (diaristas) nos períodos de colheita, bem como, fazem uso da troca de dias. Observou-se de maneira geral, que a dificuldade financeira atinge a todos os agricultores entrevistados. As relações de companheirismo e sentimento comunitário estão presentes nestas relações, delineando as forças de trabalho e ajuda mútua.

Conforme Schneider (1999), os agricultores utilizam a mão de obra familiar, preferencialmente. No entanto, frequentemente conciliam esta com a contratada quando há carência da familiar, principalmente quando os filhos ainda não podem participar de certas atividades no estabelecimento, ou quando a mão de obra familiar já perdeu seu potencial produtivo com os idosos, e mesmo, quando se pratica alguma atividade intensiva, que necessita de mão de obra constante. A utilização da mão de obra familiar nos estabelecimentos visitados são percebidas através dos dados apresentados no quadro 6.

ESTABELECEMENTOS	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12
Mão de obra familiar	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Empregados permanentes	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Empregados temporários	2	1	1	2	2	1	2	2	2	2	2	1
Troca de dias	1	1	2	1	1	1	1	2	2	2	1	1
Participa de mutirão	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2

QUADRO 6 - Utilização de mão de obra

Fonte: Pesquisa de campo (2014) – Legenda: 1 (sim) - 2 (não)

Observa-se que dos 12 estabelecimentos, todos utilizam a mão de obra familiar; 4 agricultores utilizam empregados temporários (33.3%); 1 agricultor participa de mutirão (8,3%); 8 agricultores trocam dias (66.7%) e nenhum tem empregados permanentes.

Em relação às estratégias de produção no meio rural, atualmente a diversificação se apresenta como a melhor alternativa de manutenção e desenvolvimento destes agricultores, bem como, uma ferramenta que não exige grandes investimentos, pois a maioria parte de uma agricultura bastante tradicional. A diversificação de produção se apresenta como ferramenta de manutenção do pequeno agricultor no campo, e também estratégia de resistência, perante as crises

financeiras e de perda de produção. Na figura 5 pode-se perceber tais estratégias. Ao diversificarem, os agricultores utilizam espaços de terras para vários tipos de culturas, algumas mais resistentes à intempéries do que outras. Desta forma, os prejuízos com tais imprevistos podem ser reduzidos. Na figura um plantio de banana consorciado com pés de tangerina e laranja. Ao lado, plantio de mamão, maracujá, laranja, mandioca e, ao fundo, percebe-se a proximidade do alagado.



FOTOGRAFIA 5 – Diversidade de produção
Fonte: Arquivo próprio do autor (2014)

A diversificação de produção é um mecanismo do qual o agricultor dispõe mais do que uma opção de manutenção da propriedade. Em suma, a sobrevivência da família. Conforme Schneider (2010):

Fortalecer os meios de vida (*livelihoods*) implicaria criar mecanismos de diversificação das opções de estratégias de trabalho e renda, estimulando assim sua resiliência em face das crises, dos choques ou das vulnerabilidades, que conformam o ambiente hostil em que vivem os agricultores, o que implica afirmar que, quanto mais diversificada for uma unidade produtiva ou um estabelecimento agropecuário, maiores serão as chances e oportunidades que possa ter opções para fazer escolhas. Um leque (portfólio) maior de oportunidade e opções de escolha é fundamental para que estratégias de combate às distintas formas de vulnerabilidade (clima, doença, preço) possam se estabelecer (SCHNEIDER, 2010, p. 89).

Outra condição citada pelos agricultores, que está possibilitando a diversificação de produção em seus estabelecimentos está totalmente ligada à adesão destes ao PAA, pois produzem a partir das demandas e necessidades dos consumidores. Inicialmente em 2010/2011, o PAA contou com a adesão de dezenove agricultores (que são à base da pesquisa de campo desta dissertação) através da Associação Imbúia Pesquisa - ASIMP - localizada no Distrito do Guará, no município de Guarapuava.

Na referida proposta, os agricultores atenderam parte da demanda do Mesa Brasil / Sesc – Guarapuava por um período de doze meses. O quadro 7 apresenta a demanda de produtos atendida pelos agricultores.

PRODUTOS	QTDE EM KG
ABACATE	1900
ABÓBORA CABOTIÁ	1385
ABÓBORA	3908
ABOBRINHA VERDE	740
ALHO	199
AMENDOIM EM CASCA	300
BANANA PRATA	2500
BATATA DOCE	2960
BERINJELA	335
BETERRABA	880
CEBOLA	415
CENOURA	896
CHEIRO VERDE	40
CHUCHU	3480
DOCE DE ABÓBORA	125
DOCE DE BANANA	25
FEIJÃO COMUM CORES TIPO 1	100
FEIJÃO COMUM PRETO TIPO 1	2508
INHAME	925
JILÓ	162
LARANJA LIMA	300
LARANJA PERA	35930
LIMÃO ROSA	1525
LIMÃO TAITI	100
MELANCIA	2000
MILHO DE PIPOCA	1968
MILHO VERDE EM ESPIGA	945
PEPINO	450
PIMENTÃO VERDE	480
QUIRERA DE MILHO	1000
RABANETE	40
RAIZ DE MANDIOCA	15410
UVA ISABEL	200

QUADRO 7 – Produtos entregues no PAA 2010/2011 – 19 agricultores
 Fonte: CONAB / Arquivos da AAFCIPC

Em 2012/2013, a Associação local estruturou-se, fez as devidas alterações exigidas pela Conab e assumiu o projeto. Com uma demanda maior oferecida pela beneficiária consumidora, foi possível a adesão de um maior número de agricultores. Com isto, houve maior diversificação de produção, o grupo passou para quarenta e seis agricultores, ou seja, alguns produtores remanescentes do projeto anterior e outros novos. Este foi um momento decisivo na comunidade, pois foi necessário organização, comprometimento e formação.

Os agricultores do novo projeto passaram por um curso sobre as regras e normativos da Conab sobre o PAA. Posteriormente sobre a qualidade na produção e entregas e, por fim, como trabalhar de maneira associativa. Tais momentos foram essenciais para que os produtores pudessem debater e apresentar particularidades que poderiam auxiliar os demais produtores em suas propriedades.

Estes agricultores familiares, atenderam parte da demanda de produtos ofertados pelo Mesa Brasil / Sesc – Guarapuava – Pr, por um período de doze meses, conforme apresentado no quadro 8.

PRODUTOS	QTDE EM KG
ABACATE	2084
ABÓBORA CABOTIÁ	4778
ABOBRINHA VERDE	4996
ALHO	100
BANANA PRATA	10637
BATATA DOCE	2455
BATATA SALSÁ	270
BETERRABA	206
BOLACHA CASEIRA	412
CAXI	250
CEBOLA	600
CENOURA	200
CHUCHU	100
CUCA CASEIRA	440
FEIJÃO COMUM PRETO TIPO 1	3452
INHAME	200
LARANJA LIMA	1470
LARANJA PERA	62110
LIMÃO ROSA	6270
LIMÃO TAITI	1239
MAMÃO	800
MANGA	2410
MARACUJÁ AZEDO	3592
MELANCIA	8791
MELÃO CAIPIRA	430
MILHO DE PIPOCA	2286
MILHO VERDE EM ESPIGA	8065
MILHO VERDE SEM PALHA	4247
PÃO CASEIRO	440
PEPINO	3124
PESSEGO	310
RAIZ DE MANDIOCA COM CASCA	27378
RAIZ DE MANDIOCA DESCASCADA	5189
REPOLHO ROXO	770
TANGERINA	1660
TANGERINA PONKAN	3610
UVA ISABEL	300

QUADRO 8 - Produtos entregues no PAA 2012/2013 – 46 agricultores
Fonte: CONAB / Arquivos da AAFCIPC

Em meados do ano de 2013, à Associação encaminhou nova proposta a Conab, com o mesmo beneficiário consumidor, com a adesão de cinquenta e sete agricultores. No entanto, a proposta não foi nem analisada, devido à operação do Ministério Público e da Polícia Federal que suspendeu o PAA temporariamente em setembro daquele ano, fato que será abordado na sequência.

Esta diversificação de produção passou a ser uma ferramenta utilizada pelos agricultores familiares como estratégias para evitar frustrações na produção. Analisando o quadro 9, percebe-se que dentre os doze produtores, um produtor não utiliza nenhuma das estratégias apontadas. Assim, podemos concluir a vulnerabilidade quanto às intempéries. Um produtor faz seguro agrícola, ou seja, além de poder contar com a possibilidade de diversificar sua propriedade, sua condição financeira lhe permite tal situação; e dez agricultores que utilizam a

diversificação de produção, como meio de garantir sua renda, observando a sazonalidade de produção, bem como, esta diversificação significa sua manutenção na propriedade e a sobrevivência de sua família.

ESTABELECIMENTOS	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12
Nenhuma	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2
Diversificação de produção	1	2	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1
Seguro agrícola	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Poupança bancária	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Poupança familiar	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Outros	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2

QUADRO 9 - Estratégias para evitar frustrações na produção

Fonte: Pesquisa de campo (2014) – Legenda: 1 (sim) - 2 (não)

Conforme já exposto anteriormente, a condição financeira dos agricultores está comprometida, ou seja, suas rendas estão direcionadas para o sustento da família. Este fator faz com que não se disponham de recursos financeiros em poupanças tornando suas realidades bastante vulneráveis.

De certa forma, percebe-se que o desenvolvimento local e o fortalecimento da agricultura familiar na comunidade estão totalmente ligados às políticas públicas para tal. O fortalecimento do associativismo dentro da comunidade é uma condição indispensável, para que tais estratégias sejam acessadas e, possibilitem tal desenvolvimento. Os agricultores são muito dependentes da Associação dos Agricultores, pois desenvolvem a maioria de suas atividades através do uso coletivo de maquinários desta, adquiridos ou recebidos em comodato do governo municipal.

Conforme item 5.9.1 do formulário de pesquisa de campo, que versa sobre equipamentos utilizados na produção do estabelecimento, percebe-se que todos os agricultores alugam maquinários de terceiros ou da associação local. Três produtores de leite dispõem de ordenhadeira mecânica; os demais somente ferramentas leves, tais como pulverizador costal, foice, enxada, carpideira, roçadeira costal, entre outros. Atualmente a Associação dispõe de um trator recebido em comodato e alguns implementos adquiridos com recursos próprios, tais como, grade, arado, plantadeira, pé de pato, debulhadeira, pulverizador mecânico, entre outros.

Em relação à produção nos estabelecimentos, percebe-se que entre os anos de 2010 e 2013 houve predomínio das culturas de milho, feijão, laranja e mandioca, representando 56% da renda dos agricultores. Os demais produtos

anteriormente apresentados nas tabelas 2 e 3 são cultivados em pequena escala, atendendo ao consumo próprio e as demandas do PAA.

Destes quatro produtos destacados, dois apresentam dados que chamam bastante a atenção, a laranja e a mandioca. A laranja se manteve entre os anos de 2010 e 2013 com 17,5 hectares e 10 produtores entre os entrevistados. No entanto, a produção passou de 166.800 quilos em 2010 para 55.000 em 2013. Conforme E2, tal fator deu-se principalmente pelo baixo preço da tonelada do produto, pois passou de R\$ 480,00 em 2010 para R\$ 180,00 em 2013, se tornando inviável a produção.

Em relação à cultura da mandioca, o plantio passou de 2,5 hectares em 2010 com uma produção de 17600 quilos, para 9,5 hectares em 2013 e uma produção de 70300 quilos. Tal fator deu-se pelo aumento da demanda do produto adquirido e pelo preço pago no PAA, assim como, a abertura de novos mercados na região.

Outro fator apresentado pelos produtores é em relação ao bovino de corte e vaca de leite. Em 2010 eram 7 produtores com 120 cabeças de gado, passando em 2013 para 6 produtores, com mais de 150 cabeças de gado. Em relação à produção de leite, passou de 48 cabeças em 2010 com uma produção de 55.500 litros para mais de 70 cabeças e uma produção de 93.100 litros em 2013. No gráfico 6 pode-se observar as principais fontes de renda dos agricultores no período de 2010 e 2013.

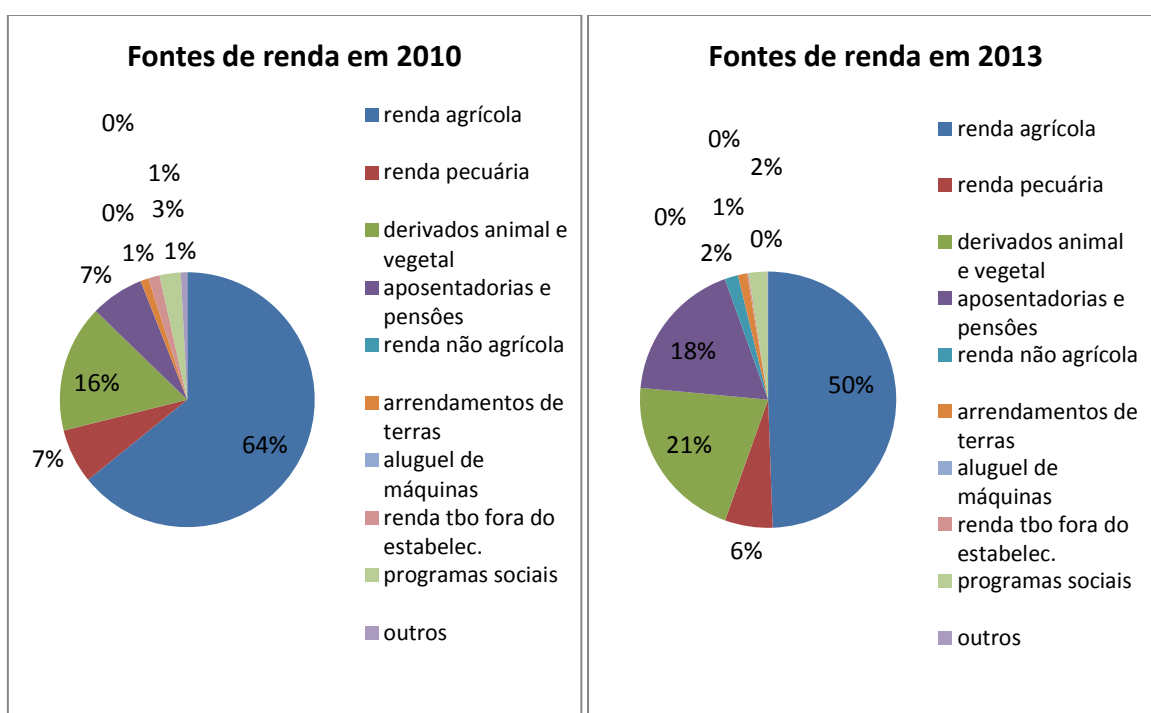


Gráfico 6 – Fontes de renda em 2010 e 2013 –
Fonte: Pesquisa de Campo (2014) – Elaborado pelo Autor

No gráfico percebe-se que tanto no ano de 2010 como em 2013 a principal renda foi agrícola. No entanto, houve uma redução significativa, em torno de 14%. No mesmo período, houve crescimento dos derivados da produção animal e vegetal (em torno de 5%), e da renda oriunda de aposentadoria e pensões, com aumento em torno de 11%. Contudo, a partir da tabela 11, pode-se traçar um parâmetro entre os anos de 2010 e 2013 verificando quais fontes de rendas declinaram, e quais os produtores estão ampliando. De modo geral, observa-se que a renda aumentou consideravelmente.

Tabela 6 - Principais fontes de renda em 2010 e 2013 em R\$.

ESTABELECIMENTOS	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12
Renda agrícola 2010	10000	8000	20000	4500	10000	10500	9500	9800	7500	13540	7500	14500
Renda agrícola 2013	16000	12000	16200	4800	7200	10800	6800	10400	8800	7800	12800	15300
Renda pecuária 2010	1600	1500	2000	800	1000	6000	0	200	0	400	0	0
Renda pecuária 2013	6500	600	2500	2000	300	0	0	2500	0	1300	0	0
Derivados A/V 2010	11200	12600	0	3524	4200	0	0	0	0	0	0	0
Derivados A/V 2013	16000	15000	0	15224	5600	0	3000	0	0	0	0	0
Aposentadoria 2010	0	0	0	6630	0	0	0	0	0	0	6630	0
Aposentadoria 2013	0	0	9412	9412	0	18824	0	0	0	0	9412	0
Renda não agr. 2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Renda não agr. 2013	0	2400	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2000
Arrendto. Terras 2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2000
Arrendto. Terras 2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3000
Aluguel maq. 2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aluguel maq. 2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Renda fora estº 2010	0	0	0	0	2500	0	300	0	0	0	0	0
Renda fora estº 2013	0	0	0	0	0	0	500	0	0	0	0	0
Progr. Sociais 2010	0	0	0	0	1500	0	1500	0	1080	1164	0	0
Progr. Sociais 2013	0	0	0	0	1500	0	1500	0	1500	1680	0	0
Outros 2010	600	0	0	0	0	0	1000	0	0	0	0	0
Outros 2013	200	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Pesquisa de Campo (2014) – Elaborado pelo Autor

A partir dos dados apresentados na tabela 9, tem-se um total de R\$ 456.032,00 de renda nos estabelecimentos somando as safras 2010 e 2013. Para vermos a importância do PAA nestes períodos partimos de dados simples, apresentados nesta, ou seja, na primeira safra temos um montante de R\$ 195.268,00, sendo destes R\$ 54.000,00 (27,6%) da renda provindos do PAA. Na segunda safra, tem-se um montante de R\$ 260.764,00, sendo destes R\$ 57.600,00 (22%) da renda provindos do PAA. Observando estes dados percebe-se os impactos do programa na comunidade de forma positiva, tanto no complemento da renda, como na diversificação de produção e, como estratégia para possibilitar uma

qualidade de vida ao agricultor e seus familiares. No gráfico 7 podemos observar e analisar o acesso à renda dos agricultores visitados, no período de 2010 e 2013.

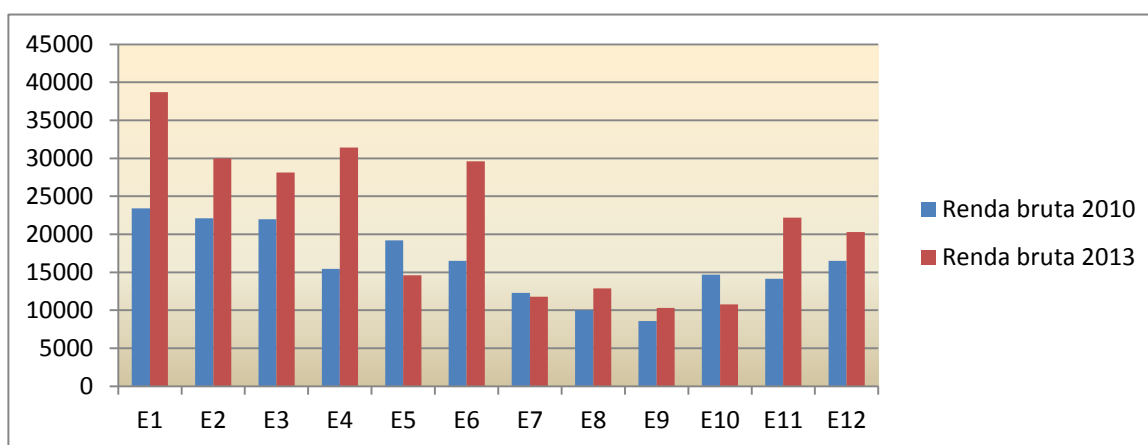


Gráfico 7 – Renda bruta por estabelecimento
Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Ao analisarmos os dados da pesquisa de campo, o foco fixa-se naqueles relacionados à área de plantio, renda e produção, e não nos damos conta daqueles dados referentes ao consumo do estabelecimento familiar. Contudo, nesta atividade, além das questões estarem voltadas para uma análise geral sobre a situação do agricultor, os impactos do PAA, também obteve-se dados sobre a produção para o autoconsumo.

Para Schneider *et al* (2010), o autoconsumo, produção para autoprovisionamento ou produção “pro gasto” refere-se à toda produção familiar destinada a sua subsistência, ou seja, consumo próprio. Esta produção de alimentos está totalmente voltada para o consumo familiar e dos animais da propriedade, à fabricação de ferramentas e à produção de insumos para o cultivo. Sobre este prisma, o autoconsumo deve ser visto como uma estratégia das famílias na busca de autonomia sobre uma dimensão vital, ou seja, a alimentação.

Além da autonomia alimentar, pode-se citar a importância do autoconsumo em pelo menos mais dois sentidos: a) esta produção constitui-se como uma fonte de renda não-monetária, a qual possibilita que as famílias economizem recursos na aquisição de alimentos nos mercados, fazendo frente a outras necessidades relevantes a sua reprodução social e; b) é uma estratégia de diversificação dos meios de vida, contribuindo, por conseguinte, para maior estabilidade econômica das famílias rurais (SCHNEIDER *et al*, 2010, p. 67)

Durante as visitas aos agricultores percebeu-se que o maior intuito destes, é primeiro garantir o suprimento para a sobrevivência da família e, posteriormente,

vender o excedente, caso não ocorram nenhuma frustração nesta produção. Neste ínterim, verifica-se a importância do PAA, pois os produtos a serem produzidos são anteriormente acordados entre associação/produtor/Conab, fazendo com que este agricultor plante os produtos prevendo certa quantidade de produção, que possibilite atender à demanda acordada. No entanto, em todos os casos percebe-se que as produções sempre superaram as expectativas, favorecendo, desta maneira, que mais produtos fossem usados para o consumo na propriedade.

Associado a este fator produtivo de subsistência, está o pouco acesso à programas de crédito para investimento ou custeio. No período de 2010 a 2013 foram acessados somente 53.000,00 mil reais, sendo 2.000,00 mil reais para custeio, e 51.000,00 mil reais para investimento em bovino de corte e vaca leiteira.

Partindo desta análise de como estão estruturados os produtores entrevistados o item 7.1 do formulário arguiu sobre as mudanças ocorridas no estabelecimento, principalmente no período anterior e posterior de acesso ao PAA e estão representados no quadro 10. Nesta foram utilizados números para representar as seguintes condições: 3 (aumentou); 4 (diminuiu); 5 (mesma).

ESTABELECEMENTOS	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12
Área total do estabelecimento	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Área de lavoura	4	5	4	5	4	5	4	5	5	5	5	4
Área de mato/floresta	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Área de pastagem	3	3	5	5	3	5	5	5	5	5	5	5
Número de culturas	4	5	5	5	3	5	5	3	5	5	5	4
Volume de criação de animais	3	5	5	3	3	4	5	3	3	3	5	3
Uso de insumos químicos/agrotóxicos	3	4	5	3	4	5	5	5	5	4	5	4
Uso de insumos orgânicos/verde	4	3	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Uso de máquinas e implementos	3	3	5	5	5	5	5	5	5	4	3	4
Volume de peixes nos rios	4	4	5	4	4	4	3	3	5	4	4	3
Diversidade de espécies de peixes	4	4	4	4	4	4	3	3	5	4	4	3
Tipos de pragas e doenças	3	3	3	3	3	3	5	3	5	3	5	3
Fertilidade do solo	4	4	4	4	4	4	5	4	4	3	4	4
Volume de água das nascentes	4	4	5	4	4	4	5	5	4	5	5	4
Volume de água dos córregos e rios	4	4	5	4	4	4	5	5	4	5	4	4
Qualidade da água nas nascentes	4	5	5	4	4	5	5	5	5	5	4	4
Qualidade da água nos córregos/rios	4	5	5	4	4	5	5	5	5	5	4	4
Produção para o próprio consumo	4	5	3	5	3	5	5	5	5	5	5	4
Compra externa de alimentos	5	3	4	3	4	3	5	3	5	4	5	4
Volume de animais silvestres	5	5	5	5	5	4	4	5	5	5	5	5
Diversidade de animais silvestres	5	5	5	5	5	4	4	5	5	5	5	5
Mão de obra empregada propriedade	5	5	5	5	3	5	5	5	5	3	5	5
Renda familiar	3	3	3	3	4	3	5	3	3	4	3	3

QUADRO 10 – Mudanças ocorridas no estabelecimento

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Por se tratar de um assentamento da Reforma Agrária e pela baixa renda dos produtores, percebe-se na tabela que não adquiriram outras propriedades, permanecendo a mesma no período acima mencionado. Percebe-se que a quantidade de lavoura está diminuindo gradativamente, dando lugar às pastagens, e parte das matas. Com a redução das matas, os animais silvestres ficam mais vulneráveis. Ressalta-se que com esta redução das matas, reflete principalmente nas fontes de água, nascentes, córregos e rios.

Em relação ao cultivo, os agricultores diversificaram os produtos, mantendo grande parte dos mesmos tipos de cultivos nos últimos anos. Contudo, percebe-se a preocupação dos agricultores em produzir alimentos, fazendo uso de práticas com adubação orgânica e verde. No entanto, em duas propriedades é possível verificar o aumento no uso de insumos e agrotóxicos. Ainda neste sentido, percebe-se que a mão de obra empregada na propriedade é a mesma (83.3%) ou aumentou (16.7%).

A produção para o próprio consumo permanece a mesma para 66.7% dos estabelecimentos, enquanto que a compra externa de alimentos manteve-se equilibrada, ou seja, a mesma porcentagem para as três opções de resposta. E, por fim, um dos últimos dados da tabela refere-se à renda na propriedade, que aumentou para 75% dos agricultores, permaneceu a mesma para 8.3% e diminuiu para 16.7% dos agricultores.

A partir desta análise, a pesquisa de campo passou a arguir os agricultores sobre as mudanças ocorridas na comunidade nos últimos anos, e às questões que versavam diretamente sobre o PAA. Neste ínterim, a análise abordará estas mudanças, bem como, uma análise dos impactos trazidos pela paralisação do PAA em meados de 2013, ou seja, após a conclusão do segundo projeto da comunidade.

De certo modo, percebe-se que por meio dos relatos dos agricultores que a comunidade passou por várias transformações e mudanças. Uma foram boas e trouxeram desenvolvimento para o local, outras não foram tão expressivas. Dentre estas melhorias destaca-se, nos últimos anos, maior apoio aos pequenos agricultores e acesso aos serviços e condições básicas, tais como, posto de saúde, escola, energia elétrica, água encanada⁹, coleta de lixo¹⁰, abertura de estradas até as residências, transporte coletivo público, patrulhas agrícolas, entre outras. No entanto, percebe-se certa insatisfação de alguns produtores com o que estão

⁹ Poço artesiano, término das obras previstas para 1º semestre de 2015

¹⁰ Quinzenal – 3 pontos de coleta. Os moradores são encarregados de levar o lixo até os pontos de coleta.

acontecendo dentro da comunidade, ou seja, algumas mudanças que não vieram para o bom desenvolvimento comunitário. Um destes comentários percebe-se na fala do agricultor entrevistado 6:

Muita mudança, muita mudança. Lotes vazios e abandonado, quanto lotes tem, tem quase vinte lotes vazio e abandonados. E a outra, a outra coisa critica, inclusive comentei com o INCRA lá em Curitiba esses tempos que estive lá, é o seguinte, a pastagem, virou só pasto, todo mundo plantando pasto, num tem mais ninguém plantando, só pasto, pasto, pasto, pasto. Os que tão comprando já tão fazendo pasto, o que tavam aqui já tava cheio de pasto. Então, não tem mais cultura, só pasto. Virou uma fazendona de pasto. Isto é preocupante para nós aqui, muito preocupante. O povo indo embora, que num tem quase gente mais ai dentro, ta todo mundo correndo atrás do emprego e indo embora (E6, 2014).

Este comentário reflete alguns resultados da pesquisa campo que apresenta um aumento na criação de bovino de corte e vaca de leite. Tal situação pode ser percebida na figura 6.



FIGURA 6 - Aumento das áreas de pastagem - Fonte: Arquivo próprio do Autor

Percebe-se que não há nenhuma interferência do INCRA no assentamento, e que alguns agricultores estão vendendo seus lotes para fazendeiros. Desta forma, os cultivos que anteriormente tinham, estão aos poucos diminuindo. A partir de situações como esta, que o PAA se torna não só um programa que traz renda para os agricultores, mas também, como uma ferramenta de reestruturação das propriedades, de diversificação, resgate de culturas, manutenção dos agricultores na comunidade, entre outros.

Outras situações que se encontra, estão relacionadas à convivência comunitária e às disputas sociais e políticas. Tal situação pode ser observada nas palavras do agricultor entrevistado 12:

Olha, na verdade, na verdade na comunidade aqui, mudou que era uma associação só agora tem duas, tem a do seu Merquide ali, e o que diminui, é... como é que eu posso dizer, pessoal muito polêmico assim um com o outro, sabe, muito crítico, então isso aí estraga sabe, fico mais ruim, intrigas, um por causa disso, outro por causa daquilo, um que ser mió do que outro, sabe. Então sempre dá pobrema e quem sofre de repente é a gente, né. Então por um lado miorô e por outro ficô pior (E12, 2014).

Tal situação apresentada pelo agricultor, retrata a realidade de muitas comunidades do interior. As associações de agricultores tornam-se, com frequência, espaços de debates e interesses políticos. Como anteriormente foi exposto, as duas Associações presentes na comunidade atualmente defendem projetos políticos diferentes, ou seja, a associação dos agricultores proponente do PAA, objeto de estudo desta dissertação, tem o foco voltado mais para os movimentos sociais e afinidade pela atual conjuntura política dos governos municipal e federal, vinculados ao Partido dos Trabalhadores. A outra associação citada pelo agricultor, apesar da maioria dos sócios serem assentados, foi reestruturada durante a gestão municipal de 2009/2012, passando a ter uma orientação política com maior afinidade ao atual governo estadual e sua representatividade partidária local.

Percebe-se que a principal mudança nos últimos anos na comunidade foi à implementação do PAA. Nos relatos é possível perceber a importância que o programa tinha e sua representatividade, além de ser uma estratégia de aproximação dos agricultores nos diversos momentos, para discutir e debater as melhores condições e situações que beneficiassem e que poderiam ser aderidas pelo grupo. Tais situações podem ser compreendidas nas palavras dos próprios agricultores sobre o PAA.

Muito bão, muito bão. Que era um dinheirinho extra, todo mês a gente tinha uns troquinho, né, pegava uns troquinho, muito bão. PAA é... foi uma das melhor coisa que aconteceu, pra família, pra cultura familiar, pra agricultura familiar, uma das melhores coisa dentro da minha vida que eu conheci foi o PAA (E12, 2014).

Olha, esse era panela mais cheia, como diz o outro. Que era o pão nosso de cada dia, que você trabalhava pra construir alguma coisinha o PAA vinha pra gente fazê um rancho e a luz e as coisas mais básicas, né, da casa, né. Tinha crédito nos bar porque sabia que você tinha aquele dinheirinho certo, hoje em dia o caboclo vai lá pergunta, você vai comprar um pacote de arroz pergunta se você tem dinheiro, tem dinheiro aí ou vai pagar quando, porque fiado num vende (E7, 2014).

Em agosto de 2013, a associação se estruturava com um novo projeto para o PAA, com alguns produtores novos, inclusive alguns oriundos de outras

comunidades, quando foi informada da paralisação do programa no Estado do Paraná, por tempo indeterminado, pela Promotoria de Justiça e pela Polícia Federal mediante a denominada “Operação Agrofantasma¹¹”. Tal operação, tinha como propósito investigar possíveis irregularidades nos projetos coordenados pela Companhia de Abastecimento do Paraná – CONAB.

Conforme Triches e Grisa (2014), tal operação tinha como propósito, investigar o mal gerenciamento do PAA considerando ilícita a maneira que era operacionalizado, bem como, colocava suspeitas sobre os possíveis acordos entre produtores, entidades fornecedoras e consumidoras. Os alvos eram as entregas de produtos de terceiros, para compor a lista de produtos que não os da própria produção pelo agricultor, conforme estabelecem as normativas. Também, os produtos entregues fora de sua época de produção, a falta de fiscalização e controle sanitário, entre outros.

Outro fator destacado pela autora, diz respeito à maneira que a operação foi massivamente divulgada na mídia, ou seja, a operação teve um cunho mais político do que meramente encontrar as possíveis irregularidades. Para Triches e Grisa:

Estas acusações apontavam irregularidades que, anunciadas pela mídia potencializavam a opinião pública no sentido de desqualificar o Programa. Aqui a estratégia é apresentar via mídia fatos descontextualizados que se tornem evidências absolutas [...]. Fica claro a face politizada dos discursos opositores, quando avaliamos as manchetes veiculadas por determinadas mídias que os corroboram. Exemplo disso são alguns títulos de matérias da revista Veja, chamando a atenção para o partido envolvido na “operação agrofantasma” ou os movimentos sociais que participam e que apóiam o programa (TRICHES e GRISA, 2014, pp. 11-12)

Da mesma maneira a operação foi repudiada por vários movimentos sociais ,representados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que em um documento intitulado “Carta Aberta ao Governo e à Sociedade Brasileira sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)”¹², posicionam sua análise e argumentos.

Inicialmente, na Carta foram apresentados alguns avanços significativos desencadeados pelo programa, como a promoção da segurança alimentar e nutricional e o acesso ao direito à alimentação, o que favorecia a estratégia de superação da pobreza e miséria de milhões de famílias e, ao mesmo tempo, seria

¹¹<http://www.redesuldenoticias.com.br/home.asp?id=58114>

¹²<file:///C:/Users/Free/Downloads/Carta%20movimentos%20sociais%20PAA%20Conab.pdf>

uma ferramenta de fortalecimento da Agricultura Familiar. Posteriormente, o documento refere-se à importância e reconhecimento do programa a nível internacional, ou seja, como o PAA tornou-se referência para ações similares em outros países.

Os movimentos sociais que assinaram a Carta, repudiavam a maneira que foi deflagrada a operação, o aparato policial utilizado e a repercussão desproporcional dos fatos nos meios de comunicação, por se tratar de uma operação que envolvia, principalmente, agricultores familiares. Conforme a Carta:

Os movimentos sociais e organizações da sociedade civil aqui representadas repudiam os procedimentos utilizados, bem como a forma distorcida e pouco clara que as informações sobre a operação foram divulgadas por grande parte dos meios de comunicação. Vale destacar que mesmo o processo correndo em sigilo, alguns meios de comunicação contavam com informações privilegiadas no dia da realização da operação policial. Os procedimentos da operação policial e sua divulgação contribuem para criminalizar as organizações da agricultura familiar e deslocam para um tratamento meramente policial de um programa fundamental para a realização do direito humano à alimentação. É importante salientar que estes mesmos canais de comunicação divulgam muito pouco ou quase nada os resultados positivos do programa em todas as regiões do Brasil. (Carta Aberta ao Governo e à Sociedade Brasileira sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), 2013, p.2)

A operação que suspendeu o PAA na comunidade trouxe mudanças negativas, pois percebeu-se que muitos lotes foram abandonados e/ou apresentaram poucas atividades de cultivo. Os prejuízos ainda estão sendo contabilizados, principalmente, naqueles plantios permanentes. A diversificação encontrada no período do projeto aos poucos está se esvaindo. Conforme podemos perceber nas palavras do agricultor entrevistado 10.

Aumentava a produção que a gente tinha que entregar lá, e daí tinha sobra, né. Paralisação? mais ficou ruim, ficou ruim... Se vê, num foi avisado que ia parar, então, então a gente tava, tava entregando as planta véia que tava produzindo e... no mesmo instante plantando outras pra dá continuidade, e daí quando, quando parou, quando terminou um, que achava que ia começar outro, breçou, né, parou, e daí perdeu tudo. Ali em cima eu tomei um prejuízo ali de abobrinha que ia entregar e batata e coisarada, mandioca não, mandioca a gente aproveita de outro jeito, agora batata plantei um mundo véio ali em cima que era pra eu entregar, perdeu tudo. E maracujá perdi bastante, maracujá é um coisa bão de valor, se eu num entrego aquele pro maninho comprar lá, ajudá pagá o pé de pato lá e entreguei um pouquinho aí pra essa muié ali, eu tinha perdido mais ainda... a banana estragou tudo, agora tá tudo estragando, hoje mesmo tem uns 5 ou 6 cachos de banana maduro (E10, 2014).

Percebe-se nas palavras do agricultor, que havia uma constante, um planejamento na propriedade, que foi frustrado com a suspensão do programa. As culturas eram pensadas tendo como base naqueles produtos anteriormente acordados com os coordenadores do programa. Com a paralisação, os prejuízos foram enormes, não só no aspecto produtivo, mas também no aspecto social e econômico, pois os produtores criavam uma expectativa em relação à sua atividade, conforme podemos observar nas palavras dos agricultores entrevistados:

Trazia, na verdade, estímulo, né. Você tinha prazer de plantar, né. Você plantava mais, você tava cuidando ali, né. Todo dia você tava lá na beira da estrada, você vê o caminhão vinha, você já tava ali lavando uma laranja, você tava arrancando, lavando uma mandioca, trazia além da renda estímulo né, do produtor. Paralisação? prejuízo né, prejuízo. Porque você veja, eu perdi ano passado todos os abacate, tenho uns vinte pé de abacate, perdi todas as laranjas, caiu tudo, melancia nós plantô, ficou na roça, pepino, enfim, tudo ficou na roça. Que a gente plantou normal, como a gente vinha plantando, né, daí ficou tudo na roça... prejuízo (E6, 2014).

Óia, eu me, me parece, representava bem o PAA na comunidade em geral assim, por causa que o pessoal todo ficou sentido ter parado, né. Se vê tinha uma quantia de gente no primeiro ano, no outro ano aumentou e agora, e agora ia aumentar mais ainda se dá continuidade, aumentar mais ainda, então tava sendo muito bom pra comunidade inteira, né. Eu acho que sim (E10, 2014).

Outro fator que fez com que os agricultores sentissem mais a falta do programa foi a aproximação intensa de atravessadores¹³ naquele momento. Com produção farta e sem mercado para vender, muitos produtores que disponibilizavam de transporte, deslocavam-se até as cidades vizinhas, para vender os produtos aos mercados e nas residências. Outros que não tinham a mesma condição, ou vendiam para o “picareta” ou perdiam os produtos. Tal situação pode ser identificada nas diversas falas dos agricultores, conforme as palavras do agricultor entrevistado 4:

Só parei de plantar as miudezas dos PAA que eu num entreguei mais, daí num... num funciona, pô se vê, comprar as coisas e vender baratinho como tão os picaretas querem comprar... porque nós tava no PAA tava um preço e os particular querem de graça. Os picaretas querem de graça. Ihhhh... pois o pepino entreguei ano passado a cinquenta centavos o quilo que tava um real e pouco no PAA (E4, 2014).

Em relação ao comentário do agricultor, por exemplo, no PAA recebiam R\$ 1,20 o quilo de pepino, enquanto atravessador pagava R\$ 0,50 centavos, ou seja, uma diferença de R\$ 0,70 centavos por quilo. Os demais produtos se inserem nesta

¹³ Conhecidos como Picaretas na comunidade

mesma lógica, os atravessadores aproveitando do momento, pagavam em torno de cinquenta por cento a menos do que o valor pago pelo PAA. Percebe-se que os preços pagos pela Conab eram considerados bons pelos produtores, conforme pode ser observado no gráfico 8.

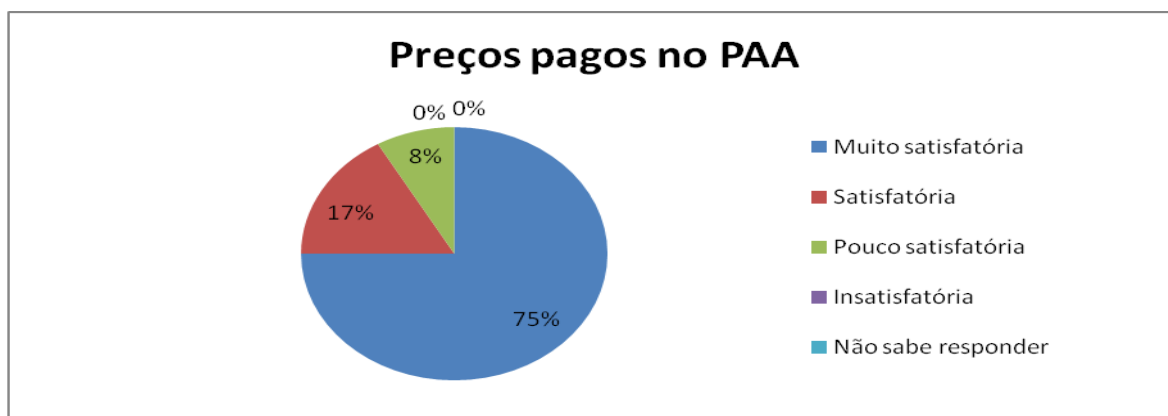


Gráfico 8 – Avaliação dos preços pagos no PAA
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Em relação à cota anual do PAA, os agricultores relataram que melhorou bastante, mas não o suficiente para comercializar toda a produção. Percebe-se no gráfico 9, que 50% dos agricultores consideram suficiente a cota anual. Conforme exposto anteriormente, em 2010 a cota anual por unidade familiar era de R\$ 4.500,00. Em 2013 a cota passou para R\$ 4.800,00. Durante a pesquisa de campo, os agricultores relataram que tinham encaminhado uma proposta para a Conab no início de 2014, com uma cota de R\$ 6.500,00 por unidade familiar. No entanto, a proposta foi devolvida para readequações às novas normativas e o valor da cota anual passou para R\$ 8.000,00 por unidade familiar.

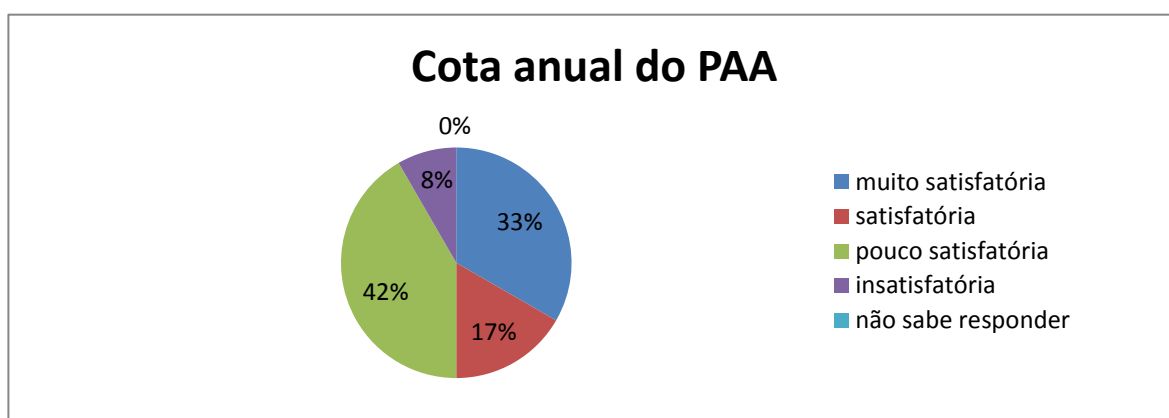


GRÁFICO 9 – Avaliação da cota anual do PAA - Fonte: Pesquisa de campo (2014)

A paralisação trouxe a incerteza para os agricultores que tiveram que reinventar e buscar melhores soluções num curto período de tempo, pois precisavam garantir outras formas de renda. Para aquelas famílias que podiam contar com uma renda de pensão ou aposentadoria, a situação era mais tranquila. Tal situação pode ser identificada nas palavras dos agricultores:

Os vizinhos sempre dizem que, eu ainda tenho alternativa que tenho outro, outro projeto do governo, né, num parei por causa disso, mas outros que não tem tá pior situação que a minha ainda, né. Eles falam, tem muita gente que fala de vender o lote e ir embora... entregar pra fazendeiro criar boi. Do jeito que ta num dá pra fica, né. Eu falei, só vai servir sem o PAA só pra aposentado, que eles consegue se manter, né. Se mante, por causa do... mas num tem, num tem uma, uma fonte de emprego, num tem nada, único emprego é a enxada, né (E7, 2014)

Que você veja que muitas pessoas aí ta se vendo apurado pra manter, pra comprar o básico na cidade, né. Representava uma alegria, uma renda pro povo, né. O pessoal pegava dinheiro, os trinta dia o pagamento, todo mundo alegre, todo mundo podia fazer compra na cidade e agora você vê as pessoas tudo triste aí, sem dinheiro, sem... né... e reclamando por causa do PAA, num ter o PAA, ter o produto, que nem tem, o homem ali tem, banana ali que tá perdendo, o marciano ali, dá até dó de vê a perda das banana. Ele falou pra mim outro dia, se eu tivesse o PAA, minhas bananinhas eu tava vendendo, tava com o dinheiro no bolso. Assim, tenho o produto e não posso vender. Então é, causa tristeza, né, uma reclamação no povo aí, além de perder o produto não tem o dinheiro, né (E6, 2014).

Contudo, os relatos são direcionados para a questão econômica, ou seja, para a renda monetária da família. Numa conversa mais informal, percebe-se que o trabalho árduo da roça, os sofrimentos e as incertezas daquelas famílias, estão motivadas pelo objetivo primeiro, o de garantir o sustento da família; mas depois esta satisfação está representada naquela construção ou objeto novo, presente naquela realidade, ou seja, na aquisição de uma geladeira nova, uma televisão, vestuário, motocicleta, carro, etc. Tal situação pode ser identificada nos relatos dos agricultores:

Era muito bom, né, todo mundo comenta, pena que parou, né. Antes de ontem mesmo, conversando lá com a vizinha e a menina dela, ela falando tô com uma saudade do PAA que a gente podia ao menos comprar alguma coisa, agora num pode comprar nada, de fato é verdade. A gente podia planejar, não, não, mês que vem eu posso pagar isso vou lá comprar, comprava. E agora se você fazer isso meu fio, você pedala, pedala porque o poquinho que péga tem que saber o que ta fazendo (E8, 2014).

A tavam todo mundo triste, né, preocupado ... passando né, muitos por dificuldade. Eu num sei se, né, num tem nem como você fazer isto, mais, é quando nós tava ali tocando o pessoal se acostumaram sabe com aquele

ritmo, né? Aquele mês sempre a prestação de contas certinho e o dinheiro ta né, então eles, a maioria deles já tavam, por mais que a gente falasse, né, não conte com o dinheiro assim, assim, mais a maioria deles já tavam comprando em loja assim com aquela data sabe, de chegar e pagar (E2, 2014).

Mesmo enfrentando estas incertezas, pode-se perceber que os agricultores mantêm seus sonhos e parte de seus planejamentos. Deixaram de produzir na mesma escala de anos anteriores, direcionaram suas produções mais para o milho, feijão e mandioca. Pode-se dizer que, durante a pesquisa de campo pode-se identificar a expansão do plantio de mandioca, conforme observou o agricultor entrevistado 8: “agora nós lida só com mandioca, né.... vai plantar pra que, vai... jogar fora”. Plantar outras culturas seria um risco muito grande, pois além de não ter mercado garantido, pode perder todo o investimento. Ainda sobre o plantio de mandioca e fonte de renda atualmente, tal situação se reforça nas palavras dos agricultores:

As garantia é que tinha, que você conseguia vender,né. Tipo assim, todo mundo... comprava moto, comprava uma vaca, né, quando tinha o PAA. E agora... e agora ta todo mundo plantando mandioca. É a única fonte de renda que muita gente tem aí, né (E5, 2014).

É, nós investimos na mandioca, plantemo pra, pra entrega, né. Pra, mas daí eu falo assim, no PAA nós entregava por oitenta centavos, né. Aí o Chico paga trinta, trinta e cinco, né, mas se num tem o PAA nós temos que vender pra ele, mas se tivesse o PAA era, era melhor, né. Mais daí nós investimos igual, né, para plantar, né (E1, 2014).

A maioria dos projetos para os estabelecimentos giravam em torno da perspectiva de retorno do PAA. Alguns agricultores que dispõem de outras fontes de renda, além do programa, conseguiram manter seus planos neste período. Tais planos e projetos estão bastante relacionados com o PAA, ou seja, os agricultores têm planos sem o PAA e com o retorno do PAA. Percebe-se que se o PAA retornar na comunidade, os projetos serão mais ambiciosos. Podemos perceber tal situação no quadro 11.

E1	Investimento em gado de corte e vaca de leite Plantio de mandioca Expectativa que PAA volte para retomar produções na propriedade
E2	Fazer uma casa melhor Se PAA retornar, investimento em irrigação
E3	Se PAA voltar investimento em horta, pomar e ampliar produção Sem PAA deixar como está
E4	Reformar a casa

	Se PAA voltar, arrumar horta, pomar, cercas
E5	Melhoramento do gado e pasto Reformar ou construir casa nova Cercar lote e trocar de carro
E6	Fazer uma casa Ampliar plantio de frutas
E7	Variação de produção de frutas Melhorar agroindústria e ampliar mercados
E8	Melhorar pastagem e gado de corte Produzir sementes crioulas Ampliar variedades de produção
E9	Sem projetos Se PAA voltar, fazer um barracão
E10	Fazer mangueira para o gado Comprar uma ordenhadeira mecânica
E11	Sem PAA – nenhum Com PAA – reforma da casa
E12	Estufa para amadurecimento de banana Pensaria outros projetos com volta do PAA

QUADRO 11 – Projetos futuros para os estabelecimentos
Fonte: Pesquisa de Campo (2014) – Elaborado pelo autor

Diante do quadro, pode-se perceber que a maioria das necessidades dos agricultores está relacionada com a segurança da propriedade e em propiciar maior conforto para a família, tais como: a ampliação, reforma ou construção de casa nova, comprar um carro melhor, ampliar e diversificar a produção e, conseqüentemente, melhorar a renda no estabelecimento.

O PAA passa a ser uma ferramenta muito importante de reprodução social, pois os pequenos agricultores conseguem atender às demandas acordadas, mesmo com pouca disponibilidade de terra. Parte daí que esta produção também possibilita melhor qualidade alimentar ao disponibilizar uma boa variedade de produtos para o consumo familiar. Desta forma, percebe-se que o PAA atende seus objetivos ao trazer desenvolvimento local, redução da pobreza no campo, renda, entre outros.

Observa-se que em torno de 50% dos agricultores classificam a cota anual do PAA como satisfatória. No entanto, é uma renda que possibilita atender imprevistos, comprar maquinários, investir em melhorias na propriedade, tais como, construção de estrebaria, barracão, cercas, casa, sistema de irrigação, como também, adquirir bens novos para maior comodidade da família, tais como, eletrodomésticos, eletrônicos, carro, moto, entre outros.

Observa-se que os agricultores, no ano de 2013, diversificaram mais a produção em relação ao ano de 2010. Tal diversificação deu-se pela necessidade apresentada pelos beneficiários consumidores, pela percepção dos agricultores em

produzirem outros alimentos para venderem no comércio local, e em feiras que acontecem semanalmente na sede do município, bem como, maior diversidade para consumo de sua família.

Na figura 7 observa-se a feira da agricultura familiar que acontece semanalmente na praça da família - sede do município. Esta feira é organizada pela Prefeitura Municipal, e teve seu marco inicial no ano de 2013.

Administração Municipal de Candói (Gestão 2013 - 2016)



Administração Municipal de Candói (Gestão 2013 - 2016)



FOTOGRAFIA 7 – Feira da Agricultura Familiar de Candói
Fonte: <http://www.candoi.pr.gov.br/fotos.php?id=137>

Nas conversas informais com os agricultores familiares, percebe-se a importância de ser reconhecido como tal, pois ao oferecer aos beneficiários consumidores do PAA e aos clientes das feiras um produto de qualidade, utilizado inclusive na alimentação de sua própria família, passa a ser algo extremamente importante e motivador. De certa maneira, isto faz com que o agricultor aprimore a cada dia seus métodos de produção, de busca pela qualidade e a diversificação, bem como, passe a agregar valor aos produtos, pois quase toda a produção é comercializada *in natura*. Dos agricultores visitados, somente um industrializa seu produto, a laranja. Desta maneira, segundo o agricultor, agrega-se maior valor ao produto, conseqüentemente, ele obtém maior renda.

Enfim, o capítulo trouxe uma discussão a partir dos dados da pesquisa de campo realizada pelo autor no segundo semestre de 2014, que mostrou uma realidade ímpar, ou seja, a tentativa de apreensão, compreensão e descrição de uma singularidade presente no meio rural brasileiro, que a todo o momento luta por

sua autonomia, reconhecimento e desenvolvimento de uma agricultura com bases familiares. Portanto, o conhecimento, a humildade e vivência destes agricultores foram cruciais, para que a pesquisa pudesse atender a seus objetivos iniciais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta dissertação pretendeu-se demonstrar a importância das políticas públicas, como ferramenta de desenvolvimento da agricultura familiar, assim como, elas são fundamentais para a superação das desigualdades sociais, o combate a pobreza no campo, ao exercício da cidadania, entre outros. Tais aspectos estão associados ao processo de desenvolvimento, que traz consigo estratégias e mudanças no âmbito econômico, social e ambiental.

Situado nestes âmbitos, a agricultura familiar vai se reproduzindo a partir de realidades e sujeitos singulares, tais como os agricultores moradores da comunidade de Península do Cavernoso em Candói-Pr e suas estratégias de desenvolvimento local, de subsistência, de produção, de organização e de busca por um futuro melhor. Neste contexto insere-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comunidade.

Os objetivos apresentados no início desta dissertação estruturam-se em torno de descrever os aspectos sócio-históricos da trajetória da comunidade, avaliar a implementação e operacionalização do PAA na comunidade, levantar os dados socioeconômicos dos agricultores, anterior e posterior à implementação do PAA e, verificar o papel do PAA no desenvolvimento local.

Ao trazer para a discussão os aspectos sócio-históricos da comunidade, foi possível avançar com maior profundidade no entendimento das relações familiares dos agricultores entrevistados, bem como, de seus costumes, tradições, credos, representações, modo de trabalhar a terra, de gerir a propriedade e, principalmente, seu modo de vida. Fazer o relato histórico da luta dos “Ilhéus” pelo direito que lhes foi tirado, pela humilhação e desrespeito com que foram tratados, perceber a indignação em suas palavras são momentos ímpares nesta pesquisa.

Avaliar a implementação do PAA, a partir dos relatos dos agricultores possibilitou uma apreensão, que foi além de suas palavras objetivas, pois foi possível perceber a ansiedade por algo novo, a expectativa por dias melhores, pela garantia de venda de suas produções, pela valorização de seu trabalho, pelo atendimento de suas reivindicações, do reconhecimento do sujeito enquanto agricultor, da permanência de seus filhos no campo, por qualidade de vida, entre outros. O PAA trouxe expectativa e esperança para os agricultores da comunidade,

pois com a renda os agricultores poderiam melhorar as condições de trabalho e estruturar melhor suas propriedades.

Em relação aos dados socioeconômicos, percebeu-se o entusiasmo em ampliar a produção e a renda, a colaboração entre os agricultores, pois são condições que não eram constantes anteriormente ao PAA na comunidade. Fazer parte de um grupo que tem o mesmo intuito, ou seja, fortalecer as relações comunitárias, o associativismo e o desenvolvimento local, passou a ser prioridade. Tal desenvolvimento está alicerçado na sustentabilidade e na cidadania. Desta maneira, foi possível compreender com maior profundidade os impactos do PAA na comunidade nas mais diversas etapas, desde sua estruturação, transformação, produção, comercialização, organização, entre outros.

Percebeu-se que os agricultores que acessam o PAA já tinham conhecimento do programa ou acessavam outras políticas públicas, tais como, o PNAE e PRONAF. Também, todos estão organizados através de Associação dos Agricultores Familiares, requisito mínimo para poder ter acesso aos programas governamentais. Nota-se, que a partir dos relatos dos agricultores, que os participantes do PAA adquiriram maior autonomia em relação à comercialização, buscando novas fontes de renda e mercados, distanciando-se dos atravessadores, fator que lhes proporciona maiores ganhos. Os que não estão inseridos no PAA ou na Associação são muito dependentes dos atravessadores no momento da comercialização.

A comunidade, assim como o município, está inserida no território da cidadania Cantuquiriguaçu. Tal território, historicamente, é alvo de políticas direcionadas com o intuito de combater o baixo desenvolvimento de alguns municípios e as dificuldades socioeconômicas que estas populações enfrentam. Desta maneira, percebe-se que o PAA é extremamente importante, como ferramenta e estratégia para atender a esses objetivos, bem como, o programa fortalece o associativismo.

No entanto, percebe-se que o poder público municipal, atende parcialmente os agricultores familiares da comunidade, pois disponibiliza maquinários e implementos em comodato, para que os agricultores tenham condições de produzir com menor custo. No entanto, não efetiva parceria de comercialização, alguns agricultores que tem condições de adquirirem transporte próprio ou pagar para

terceiros, conseguem inserir seus produtos excedente da cota do PAA no mercado local. Observa-se grande procura por produtos pelo comércio regional. No entanto, o entrave está no transporte e organização dos agricultores, nota-se a necessidade de maior efetividade do poder público municipal em relação a este gargalo, pois poderia firmar parcerias e disponibilizando técnicos agrícolas para fazer o acompanhamento, bem como, transporte para escoar parte da produção.

Atualmente no município o PAA está vinculado somente às Associações de Agricultores Familiares. No caso aqui referenciado, observa-se que a diretoria da Associação da comunidade de Península do Cavernoso (AAFCIPC) e os coordenadores do PAA, inicialmente precisaram disponibilizar significativo tempo de trabalho na busca de informações e em cursos de formação junto a Conab e em outras instituições, às quais tinham projetos de PAA em andamento e poderiam orientar e repassar sua experiência, além da promoção de cursos para os agricultores participantes com representantes do Sesc e Conab. Tais cursos, tinham como intuito sanar dúvidas sobre o PAA, pois era uma exigência da Conab o agricultor saber do que estava participando, quais seus direitos e deveres e, principalmente, fazer um controle próprio de entregas e pagamentos para evitar futuros constrangimento durante as fiscalizações.

Alguns aspectos negativos do PAA são observados pelos agricultores, tais como, a descontinuidade do programa entre uma proposta e outra (certa morosidade) o que aumenta a incerteza destes sobre o início da produção. Apesar do PAA desburocratizar a compra/venda dos produtos ao eliminar o processo licitatório, há ainda enorme burocratização durante a aprovação de propostas novas, de prestação de contas e de pagamentos. Outro fator preponderante refere-se às normativas, que vedam o acesso da unidade familiar no PAA e PNAE concomitantes.

Outro fator negativo relatado, foi à paralisação do programa pelo Ministério Público e a Polícia Federal, a partir de denúncias sobre irregularidades em meados de 2013. As mudanças mais visíveis, primeiramente, estão nas propriedades com enorme redução na produção, aumento de pastagens, pouca diversificação e, posteriormente, nos próprios agricultores, pois se observa enorme desânimo. Os discursos giram em torno da mesma situação, ou seja, produzir correndo o risco de não ter com quem comercializar.

Apesar destes problemas, o PAA apresenta-se como um programa inovador (apesar de mais de uma década de existência) ao possibilitar garantia de venda da produção, de inserção socioeconômica, de desenvolvimento e organização das propriedades, de criar uma consciência ambiental, bem como, de produzir alimentos de qualidade para atender as demandas dos consumidores, que, na maioria das vezes, se encontram em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.

Após um ano e meio de paralisação, o PAA retorna rodeado de desconfiança por parte dos agricultores e insegurança por parte dos funcionários analistas da Conab, principalmente, na observação rígida em relação à documentação das propostas novas. No entanto, percebe-se que o redesenho do programa a partir das reivindicações dos movimentos sociais, associações e cooperativas irá sanar muitos dos entraves que existiam no passado, principalmente, em relação à execução do programa e organização dos grupos de agricultores. As propostas e melhorias estão em fase de aprovação pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, mas percebe-se que, conforme as primeiras orientações informais passadas as Associações, os grupos de produtores terão maior autonomia nas tomadas de decisões, reiterando que a cota passará de R\$ 6.500,00 por ano por estabelecimento familiar para R\$ 8.000,00. Contudo, ainda há a necessidade de dar maior visibilidade ao PAA, de ampliar ainda mais a cota anual, possibilitar o acesso dos jovens do campo (através da DAP jovem), firmar parcerias com os governos municipais, principalmente, em relação à assistência técnica, bem como, conscientização dos agricultores de sua autonomia e protagonismo no desenvolvimento local, da necessidade de organização social e de fortalecimento da agricultura familiar.

De modo geral, a partir dos questionamentos iniciais e do desenvolver da dissertação, a todo o momento foi possível identificar as mudanças que o PAA trouxe para a comunidade, para as propriedades e para as famílias, assim como, para os beneficiários consumidores. Desta forma, pode-se dizer que a pesquisa atendeu aos seus objetivos. Por fim, este trabalho pretendeu apresentar algumas características do PAA na comunidade de Península do Cavernoso em Candói-Pr, mas não de maneira conclusiva. Como tudo está em constante mudança, estudos futuros poderão apresentar análises mais profundas sobre a comunidade, seu modo de vida, cultura, tradições e, principalmente, as relações e dinâmicas em torno da agricultura familiar e o mundo rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2ª Ed. – São Paulo: Editora Unicamp, 1998.

_____. Representatividade e inovação. Brasília: MDA/CONDRAF, 2005.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1997.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa! Brasília: MDS, 2010.

BROSE, Markus. Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL FASCÍCULO 15: ILHÉUS DO RIO PARANÁ; Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Acevedo Marin (coords); José Carlos Vandresen e Antonio Tavares Irmão (equipe de pesquisa) – Guairá-Pr, Edições, 2009.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Apoio à comercialização da agricultura familiar. In: Programa de Aquisição de Alimentos. Apresentação para o 2º Encontro Nacional do PNAE – 50 Anos. Brasília, Novembro 2005.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). PAA – Evolução das Operações. Brasília: 2012. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_04_25_14_41_24_analise_do_paa_-_2003_a_2011.pdf - Acesso em: janeiro de 2014.

CONDETEC. Conselho de desenvolvimento do território Cantuquiriguaçu. Cantuquiriguaçu: integração e desenvolvimento. s/d.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. A reprodução social da agricultura familiar na região metropolitana de Curitiba em suas múltiplas interrelações. 2006. 316p. Tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. – 13ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Métodos e técnicas de pesquisa social - 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF, Renato Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. Rio de Janeiro, OPPA/UFRRJ/ActionAid, 2009, 24p.

GUIMARÃES, Roberto; FONTOURA, Yuna. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. Cad. EBAPE.BR, vol. 10, nº 3. Rio de Janeiro, Sept, 2012.

HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. 7 ed., Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Programa de aquisição de alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. Soc. & Nat., Uberlândia, 25 (3): 469-483, set/dez/2013.

LAMARCHE, Hughes (Coord). Agricultura familiar II: do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

_____. Agricultura Familiar: comparação internacional. Vol I. Uma realidade multiforme. Campinas: UNICAMP. 1993, 336p. Trad. Angela M. N. Tijiwa. (Coleção Repertórios)

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e cultura. In: Raça e História. 2 ed. São Paulo: Abril cultural, 1980.

MALUF, Renato Sérgio. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Porto Alegre: Ensaios FEE, v.25, n1, p. 299-322, abr. 2004.

_____. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

Ministério da Agricultura e do Abastecimento. PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília 1996.

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Cartilha do Programa de Aquisição de Alimentos. Projeto de Cooperação Técnica com o Ministério de Desenvolvimento Agrário - CONSEA e Fome Zero. Brasília, 2003.

MÜLLER, Ana Luiza; SILVA, Marcelo Kunrath; SCHNEIDER, Sérgio. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o programa de aquisição de alimentos. Estudos Sociedade e Agricultura, abril de 2012, vol. 20, n. 1, pp. 106-138, ISSN 1413-0580.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maia C. de Souza, et. Al. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 20ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Marcelo L. R. de. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: doação simultânea. Viçosa, MG: Os Autores, 2012

PETERSEN, Paulo. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro / Paulo Petersen (org.) – Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Crítica a governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. Revista Crítica de Ciências Sociais, 72, p.7-44, out. 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

_____. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____; Grisa, Cátia; Gazolla, Márcio. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. AGROALIMENTARIA.Caracas/Mérida (Venezuela) Vol. 16, Nº 31; julio-diciembre 2010 (65-79).

_____. Agricultura Familiar e pluriatividade. 1999. 470 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento e suas articulações externas. In: I FÓRUM INTERNACIONAL TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA, Fortaleza/Ceará, 2003. Anais. Fortaleza, Ceará, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TRICHES, Rozane Márcia; GRISA, Cátia. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. In: 52º Congresso da Sober, 2014, Goiania. 52º Congresso da Sober, 2014.

VANDRESEN, José Carlos. Sobreposição das unidades de conservação em territórios tradicionalmente ocupados: algumas reflexões. XXI encontro nacional de geografia. UFU – Uberlândia, 2012.

VEIGA, José Eli da. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1991.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. Reforma Agrária, Campinas, n.2 e 3, v.25, mai/dez. 1995.

_____. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. In: Tedesco, João Carlos. Agricultura Familiar, realidades e perspectivas. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____. Agricultura familiar e camponato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 21, 2004, p. 42-61.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. [org.]. *Uma nueva ruralidad em América Latina?* Buenos Aires, CLACSO/ ASDI, p. 31-44, 2001.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

ZAKRZEWSKI, Sônia Beatris Balvedi. Por uma educação ambiental crítica e emancipatória no meio rural. Revista Brasileira de Educação Ambiental, v1, p. 79-86, 2004.

ZIMMERMANN, Sílvia Aparecida; FERREIRA, Ana Paula Lopes. El programa de adquisición de alimentos de la agricultura familiar em Mirandiba-PE. In: SCOTTO, G. Aun hay tiempo para el sol: pobrezas rurales y programas sociales. Rio de Janeiro: Actionaid, 2008

SITES

<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/133291867/decreto-8293-14>

<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95601/lei-11326-06> - acesso em 13 de janeiro de 2014.

<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98505/decreto-4772-03>

<http://www.leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-9353-1990>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5873.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6959.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm

Secretaria Municipal de Agricultura de Candió:
<http://www.candoi.pr.gov.br/transparencia.php>. Acesso em 11 de dezembro de 2014.

www.cantuquiriguacu.com.br – Território da cidadania - acesso em 15 de dezembro de 2013.

www.google.com.br/mapas - acesso em 15 de dezembro de 2013.

www.ibge.gov.br – acesso em 15 de dezembro de 2013.

www.incra.gov.br – acesso em 06 de setembro de 2014.

www.marcouniversal.com.br – Relatório de Brundtland 1987 (arquivo salvo em PDF) - acessado em 15 de dezembro de 2013.

APÊNDICE I
FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

I – IDENTIFICAÇÃO

Nº. _____

Questionário _____

1.1) Data da entrevista ____/____/_____.

1.2) Nome do responsável pelo estabelecimento _____

1.3) Tem outros domicílios no estabelecimento: sim () não (). Quem ()

(1) Filho, (2) Filha, (3) Pais/Sogro, (4) Genro/nora, (5) Irmãos, (6) Empregados/Caseiros, (7) Outros

1.4) Quanto tempo a família reside nessa propriedade: _____

1.5) Título da propriedade é: do responsável (); dos pais do responsável (); dos pais do cônjuge (); não têm título ()

II - CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA**2.1) Origem étnica dos pais:**

1. Do responsável:

() brasileiro, () português, () polonês, () ucraniano, () italiano, () alemão, () outros _____

2. Do cônjuge:

() brasileiro, () português, () polonês, () ucraniano, () italiano, () alemão, () outros _____

2.2) Composição da família

1) Membros/nome	2) Grau de parentesco	3) Idade	4) Escolaridade	5) Residência	6) Ocupação atual	7) Horas trabalho/ dia atividades produtivas
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						

1) Primeiro nome de cada membro da família, do mais velho ao mais novo.

2) (1) Responsável, (2) Cônjuge, (3) Filho, (4) Filha, (5) Pais/Sogro, (6) Pais, (7) Irmãos, (8) Netos, (9) outros

4) (1) Sem escolaridade, (2) Pré escola, (3) Ensino fundamental incompleto, (4) Ensino Fundamental completo, (5) Ensino médio incompleto (6) Ensino médio completo, (7) Ensino superior incompleto, (8) Ensino superior completo.

No caso de estar estudando acrescentar o numero 1; se não estuda o 2.

5) Residência:

(1) no estabelecimento;

(2) no meio rural: (1) da comunidade; (2) do município; ; (3) da região; (4) outros;

(3) no meio urbano: (1) do município; (2) da região; (3) outros

6) Ocupação: (1) Agricultor; (2) do lar; (3) Agroindústria; (4) Estudante; (5) Trabalho assalariado agrícola; (6) Trabalho assalariado não agrícola; (7) Aposentado/pensionista, (8) Autônomo, (9) Caseiro, (10) outros.

III. CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO

3.1) Condições da moradia

() Madeira () Alvenaria () Mista

Ano de construção da casa _____

Tamanho da casa _____

Estado atual: () Bom () Razoável () Ruim

Possui forro: () Sim () Não

Banheiro: () Externo () Interno

Esgoto: () Fossa negra () Rede () Vala, sanga

Água: () Poço/vertente individual () Poço coletivo comunidade () Rede pública
Encanada sim () não ()

Telefone () Fixo próprio () Fixo outros () Celular () Público

Luz elétrica () Sim () Não

Destino lixo orgânico:

() Enterra () Céu aberto/vala () Compostagem/adubo () Coleta pública

Destino lixo não orgânico doméstico:

() Enterra () Queima () Coleta pública _____ vezes/mês

- **Houve mudanças nesses itens depois do PAA? Sim () não () Se sim, quais?**

3.2) Veículos e equipamentos domésticos

Tipo	TV	Geladeira	Fogão gás	Chuveiro Elétrico	Freezer	Rádio	Parabólica	Computador	Máquina lavar/roupa	Tanquinho	Celular
Quantidade em 2010											
Quantidade em 2013											

IV. ACESSO AOS SERVIÇOS**4.1 Saúde**

1. Quando precisa de assistência médica aonde tem sido atendido?

1. Posto público: () na comunidade; () na cidade; () na região

2. Clínicas médicas particulares: () no município; () na região () Estado. Plano de saúde () sim; () não

3. Assistência médica do sindicato ()

4. Hospital pelo SUS: () no município; () na região; () no Estado

5. Hospital particular: () no município; () na região; () no Estado. Utiliza plano de saúde () sim; () não

6. Dentistas: () no sindicato; () na saúde pública; () particular. Utiliza plano de saúde () sim; () não

7. Benzedeira () e ou curandeira ()

14. Farmácia: ()

15. Outros

4.2 Assistência social

1. Cesta básica: 1. sim () 2. não ()

2. Bolsa família: 1. sim () 2. não ()

3. Bolsa do Programa de erradicação do trabalho infantil: 1. sim () 2. não ()

4. Programa de habitação do MAB: 1. sim () 2. não ()

5. Programa Leite das Crianças: 1. sim () 2. não ()

6. Outros benefícios: 1. sim () 2. não () Qual _____

- **Houve mudanças nesses itens depois do PAA? Sim () não () Se sim, quais?**

4.3 Transporte utilizado pela família:

1. Transporte coletivo público: 1. sim () 2. não ()

2. Transporte coletivo privado: 1. sim () 2. não ()

3. Carro próprio: 1. sim () 2. não ()

4. Moto própria: sim () não ()

5. Bicicleta própria: sim () Não ()

4. Outros: 1. sim () 2. não ()

- Houve mudanças nesses itens depois do PAA? Sim () não () Se sim, quais?

4.4 Participação na vida da comunidade e do município

1. Entidades/Instituições na comunidade	2. Entidade/Instituições no município
1. Igreja: sim (), qual: _____; não (); diretoria: sim () não ()	1. Sindicato Trabalhadores Rurais: filiado: sim () não () ; diretoria: sim () não ()
2. Associação agricultores: sim () qual: _____ não (); diretoria: sim () não ()	2. Sindicato Rural: filiado: sim () não (); diretoria: sim () não ()
3. Clube de mães: sim () não (); diretoria: sim () não ()	3. Conselhos: sim (), qual: _____; não ()
4. ONG's: sim (), qual _____ não ()	4. Cooperativas: sim (), qual _____; não ()
5. APM's: sim () não (); diretoria: sim () não ()	5. ONG's sim (), qual: _____; não ()
6. Associação PAA sim () não (); diretoria: sim () não ()	6. Associação da CFR sim () não ()
7. Outros: _____	7. Associações de agricultores sim (), qual _____; não ()
8. Não sabe ()	8. Outros:

4.5. Participa de cursos de formação profissional sim () não (). Cite os mais importantes

V. UTILIZAÇÃO DA ÁREA E PRODUÇÃO

5.1) Condição do produtor

Em 2010:

Estabelecimento	1. Proprietário	2. Arrendatário	3. Parceiro	4. Meeiro	5. Ocupante	6. Total (há)
1. Área						

Em 2013

Estabelecimento	1. Proprietário	2. Arrendatário	3. Parceiro	4. Meeiro	5. Ocupante	6. Total (há)
1. Área						

5.2) Utilização da área (ha)

Tipo de uso	Em 2010	Em 2013
1. Lavoura Temporária		
2. Lavoura Permanente		
3. Horta, e Pomar doméstico		
4. Horta e pomar comercial		
5. Mata Natural		
6. Mata Plantada		
7. Pastagem plantada		
8. Pastagem natural		
9. Construções		
10. Pousio		
11. Outros usos		
12. Sem uso		

5.3) Manejo e conservação

1. Curva de nível (); Terraceamento (); plantio no nível ()
2. Cultiva em áreas quebradas: sim () não ()
3. Rotação de culturas sim () não ()
4. Queimadas sim () não ()
7. Adubação verde sim () não ()
8. Adubação orgânica sim () não ()
6. Plantio Direto sim () não ()

7. Sistemas Agroflorestais e ou Agrossilvopastoril sim () não ()
 8. Sistema de integração Lavoura pecuária sim () não ()
 - Houve mudanças nesses itens depois do PAA? Sim () não (). Se sim, quais?
-

5.4) Problemas com os recursos naturais do estabelecimento

1. Existem tipos diferentes de solos: sim () não () Freqüência: _____
 2. Existem erosões de solos: sim () não ()
 3. Existem nascentes, sangas, córregos? sim () não () Quantas? _____
 4. Existe proteção artificial nas nascentes sim () não ()
 5. Existe mata ciliar nestas áreas de nascentes e córregos sim () não ()
 6. Utiliza água da propriedade para que finalidade: Irrigação (); Abastecimento de pulverizadores (); Limpeza de maquinas e equipamentos (); Criação (); Outros () _____
 7. Perda de fertilidade do solo sim () não ()
 8. Algum local da propriedade com solo visivelmente compactado sim () não ()
 9. Existe projeto de recuperação da mata ciliar sim () não ()
 10. Utiliza madeira da propriedade: sim () não ()
 - Houve mudanças nesses itens depois do PAA? Sim () não (). Se sim, quais?
-

5.5) Destino das embalagens de agrotóxicos e produtos veterinários

1. Recolhido pela SEAB ou empresas : 1. sim () 2. não () Cada quanto tempo? _____
 2. Queima na propriedade : 1. sim () 2. não ()
 3. Enterra na propriedade : 1. sim () 2. não ()
 4. Reutiliza : 1. sim () 2. não ()
 5. Deixa a céu aberto : 1. sim () 2. não ()
 6. Armazena na propriedade: 1. sim () 2. não ()
 - Houve mudanças nesses itens depois do PAA? Sim () não (). Se sim, quais?
-

5.6) Assistência Técnica: 1. sim () 2. não ()

1. Secretaria Municipal ()
 2. Emater ()
 3. Privada () _____ (nome)
 4. SENAR ()
 5. SEBRAE ()
 6. ONG's ()
 7. Universidade ()
 8. Cooperativa ()
 9. CFR ()
 10. Outros () _____
 - Houve mudanças nesses itens depois do PAA? Sim () não () Se sim, quais?
-

5.7) Integração: 1. sim () 2. não (). Tipo () (1) fumaçeira; (2) aves; suíno (3) ; outros (4)

5.8) Utilização de mão de obra:

- 1) Mão de obra familiar: 1. sim () 2. não ().
 2) Empregados permanentes: 1. sim () 2. não (). Número de pessoas (). Quanto custa ano _____
 3) Empregados temporários: 1. sim () 2. não (). Número de pessoas/ano (). Quanto custa ano _____
 4) Troca de dias: 1. sim () 2. não (). Quantidade de dias/ano ()
 5) Participa de mutirão 1. sim () 2. não () Número de Pessoas/ano ()
 - Houve mudanças nesses itens depois do PAA? Sim () não () Se sim, quais?
-

5.9. 1Veículos e equipamentos para produção do estabelecimento (quantidade)

Condição	Caminhão	Trator	Grade	Motores	Pulverizador mecânico	Plantadeira	Colheitadeira	Micro-trator	Ordenhadeira mecânica	Tanque de expansão
Próprio										
Coletivo										
Alugado										

Condição	Pulverizador costal	Arado	Carroça	Carpideira/cultivador	Pé de pato	Aterrador	Outros
Próprio							
Coletivo							
Alugado							

- Houve mudanças nesses itens depois do PAA? Sim () não () Se sim, quais?

5.9.2) Construções

Tipo	Silos	Galinheiros	Estrebaria	Chiqueiros	Estufas	Galpões	Tanques	Casa	Outros
Área (m²)									

- Houve mudanças nesses itens depois do PAA? Sim () não () Se sim, quais?

5.9.3) Considera que a cota anual (R\$ 6.500,00) PAA é:

() muito satisfatória () satisfatória () pouco satisfatória () insatisfatória () não sabe responder

5.9.4) Como você avalia os preços pagos pela Conab:

() muito satisfatório () satisfatório () pouco satisfatório () insatisfatório () não sabe responder

5.10) Produção agrícola nas safras 2010 e 2013

Culturas	1) Área plantada	2) Quantidade colhida (kg,maço,ton)		3) Preço vendido	4) Calcário	5) Adubo químico	6) Adubo orgânico/verde	7) Agrotóxicos			8) Sementes			9) Trocas
		Venda	Consumo					I	F	H	Cer	Pró	Crio	
1. 2010:														
1. 2013:														
2. 2010:														
2. 2013:														
3. 2010:														
3. 2013:														
4. 2010:														
4. 2013:														
5. 2010:														
5. 2013:														
6. 2010:														
6. 2013:														
7. 2010:														
7. 2013:														
8. 2010:														
8. 2013:														
9. 2010:														
9. 2013:														
10. 2010:														
10. 2013:														

1) Sequência de culturas por importância na geração de renda, horta e pomar caseiros

3) (1) Cooperativa; (2) Supermercado; (3) Empresas agropecuárias; (4) Direto ao consumidor; (5) Feiras; (6) Intermediários; (8) PAA; (9) PNAE; (10) Outros (quem?).

Uso de tecnologia (do 4 ao 8): (X) Sim e em branco para Não

5.11) Produção animal nas safras 2010 e 2013

Criações	1) Quantidade Total		2) Quantidade vendida		3) Quantidade consumida		4) Pra quem vende		5) Trocas	
	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013
1. Bovino de corte										
2. Bovino de leite										
3. Suíno										
4. Ovino										
5. Caprino										
6. Equino										
7. Aves										
8. Peixe										

4) (1) Cooperativa; (2) Supermercado; (3) Empresas agropecuárias; (4) Direto ao consumidor; (5) Feiras; (6) Intermediários; (7) PAA; (8) PNAE; (9) Outros (quem?). (X) Sim e em branco para Não

5.12) Principais derivados da produção animal nas safras de 2010 e 2013

Produto	1) Quantidade Total		2) Quantidade vendida		3) Quantidade consumida		4) Pra quem vende		5) Trocas	
	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013

4) (1) Cooperativa; (2) Supermercado; (3) Empresas agropecuárias; (4) Direto ao consumidor; (5) Feiras; (6) Intermediários; (7) PAA; (8) PNAE; (9) Outros (quem?). (X) Sim e em branco para Não

5.13) Principais derivados da produção agrícolas nas safras 2010 e 2013

Produto	1) Quantidade Total		2) Quantidade vendida		3) Quantidade consumida		4) Pra quem vende		5) Trocas	
	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013

4) (1) Cooperativa; (2) Supermercado; (3) Empresas agropecuárias; (4) Direto ao consumidor; (5) Feiras; (6) Intermediários; (7) PAA; (8) PNAE; (9) Outros (quem?). (X) Sim e em branco para Não

5.14) Renda bruta nas safras 2010 e 2013 - em R\$

	2010	2013
1 Produção Agrícola		
2 Produção pecuária		
3 Derivados da produção vegetal e animal		
4 Aposentadorias e pensões		
5 Renda não agrícola		
6. Arrendamento de terras		
7 Aluguel de máquinas		
8 Renda trabalho agrícola fora estabelecimento		
9. Programas sociais		
10. Outros		
Renda Bruta Total		

VI. FINANCIAMENTO.

a) Tipo de financiamento	b) Fontes financiadoras	c) Valores financiados	d) montante da dívida
1. Investimento			
2010/2011			
2012/2013			
2. Custeio			
2010/2011			
2012/2013			

6.1.) Quais são as estratégias da família para evitar frustrações na produção? (seca, geada, granizo, pragas, etc)
 Nenhuma Diversificação de produção Seguro agrícola Poupança bancária Poupança familiar Outros

VII. MUDANÇAS OCORRIDAS NO ESTABELECIMENTO**7.1) Tipos das mudanças na propriedade desde sua entrada na comunidade.**

Tipos de mudança	Aumentou	Diminuiu	Mesma	Motivo
1) Área total do estabelecimento				
2) Área com lavoura				
3) Área de mato/floresta				
4) Área com pastagem				
5) Numero de culturas				
6) Volume da criação de animais				
7) Uso de insumos químicos/agrotóxicos				
8) Uso de insumos orgânicos/verde				
8) Uso de máquinas e implementos agrícolas				
9) Volume de peixes nos rios				
10) Diversidade de espécies de peixe nos rios				
11) Tipos de pragas e doenças				
12) Fertilidade do solo				
13) Volume de água das nascentes				
14) Volume de água dos córregos e rios				
15) Qualidade de água das nascentes				
16) Qualidade da água dos córregos e rios				
17) Produção para consumo próprio				
18) Compra externas de alimentos				
19) Volume de animais silvestres				
20) Diversidade de animais silvestres				
20) Mão de obra empregada na propriedade				
21) Renda familiar				

7.2) Mudanças ocorridas na comunidade nos últimos anos?

VIII. Avaliação qualitativa do PAA:

8.1. Como o Senhor e a Senhora avaliam (pontos positivos e negativos) o PAA na vida da família? Quais foram os impactos da paralisação do PAA no último ano para a família?

8.2. Como o Senhor e a Senhora avaliam (pontos positivos e negativos) o PAA na propriedade? Quais foram os impactos da paralisação do PAA no último ano na propriedade?

8.3. Como o Senhor e a Senhora avaliam (pontos positivos e negativos) o PAA na vida da comunidade? Quais foram os impactos da paralisação do PAA no último ano na comunidade?

IX. Quais são os projetos/perspectivas de futuro da família no estabelecimento?

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Estadual de Ponta Grossa

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

Av.: Gen. Carlos Cavalcanti, 4748 CEP: 84030-900 Bloco M, Sala 100

Campus Uvaranas Ponta Grossa Fone: (42) 3220.3108 e-mail: seccoep@uegp.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você _____, está sendo convidado a participar da pesquisa “MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS ATRAVÉS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA COMUNIDADE PENÍNSULA DO CAVERNOSO EM CANDÓI – PR”, tendo como pesquisador responsável HELITON ROGERIO ZIMOLOG. O objetivo da pesquisa é: Analisar os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na reprodução social da agricultura familiar na comunidade de Península do Cavernoso.

Num primeiro momento mais teórico, a pesquisa será desenvolvida com bases bibliográficas para aprofundamento de conceitos e através da análise documental sobre o PAA na comunidade, suas bases históricas e constituição de seu desenvolvimento. Posteriormente, para complementar tal estudo teórico, será realizado simultaneamente um trabalho de cunho empírico através de pesquisa de campo com entrevistas com os produtores selecionados e análise de dados coletados.

As entrevistas semi-estruturadas através do uso de formulário de pesquisa (CORONA *et al*, 2006, adaptado por CORONA e ZIMOLOG, 2014), estarão pautadas em três momentos: primeiro os dados socioeconômicos, familiares referentes ao período anterior a implementação do PAA; segundo, após a adesão ao PAA e seus pontos positivos e negativos; terceiro, após a paralisação do PAA em meados de 2013, reflexos e perspectivas. Com intuito de possibilitar maior liberdade de expressão, veracidade e pontualidade nos dados obtidos, será mantida em sigilo a identidade dos produtores entrevistados, utilizando-se como meio de identificação das respostas e comentários o seguinte critério: E1 (entrevistado 1), E2, E3 e assim, sucessivamente. A pesquisa fará parte da dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional da UTFPR Campus de Pato Branco e seus dados serão divulgados/publicados.

Após as análises você será informado dos resultados desta pesquisa da qual participa. Sua participação é voluntária, portanto não receberá recompensa ou gratificação nem pagará para participar. Será garantido o livre acesso a todas as informações e retirada de dúvidas sobre o estudo, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da participação na pesquisa. Você poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem apresentar justificativas e, também, sem prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido, tendo também todas as dúvidas esclarecidas sobre a sua participação neste trabalho. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com qualquer um dos membros da pesquisa ou com a Comissão de Ética em Pesquisa da UEPG: **Comitê de Ética:** UEPG campus Uvaranas, Bloco M, sala 100, Ponta Grossa, PR - Telefone: (42) 3220-3108.

Nome do pesquisador: Heliton Rogério Zimolog

Rua Eugênio Bayer nº 534 – Candói /PR

Telefone: 42 – 88242681 / 99185020

Candói-Pr, ____ de _____ de 20__.

Pesquisador Responsável
Heliton Rogério Zimolog

Entrevistado / Participante
Nome: _____